



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE MINAS  
ARQUITETURA E URBANISMO



Monografia:  
Mirante de Santa Efigênia, Ouro Preto - MG

Aline da Silveira Carvalho

Ouro Preto, MG  
2023

ALINE DA SILVEIRA CARVALHO

Mirante de Santa Efigênia, Ouro Preto - MG

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para  
obtenção do título de Arquiteta Urbanista

Orientadora: Profa. Dra. Alice Viana de Araújo

Co-orientadores: Profa. Dra. Fernanda Alves de Brito Bueno  
e Prof. Dr. Yuri Queiroz Abreu Torres

Ouro Preto, MG

2023



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Aline da Silveira Carvalho**

**Mirante Santa Efigênia**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Arquiteta Urbanista

Aprovada em 23 de agosto de 2023

### Membros da banca

Profa. Dra. Alice Viana de Araújo - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Prof. Dr. Yuri Queiroz Abreu Torres - Co-orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Profa. Dra. Patrícia Junqueira - Avaliadora Interna (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Profa. Ma. Paola de Macedo Gomes Dias - Avaliadora Externa (Instituto Federal de Minas Gerais)

Profa. Dra. Alice Viana de Araújo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/09/2023



Documento assinado eletronicamente por **Alice Viana de Araujo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/09/2023, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0595185** e o código CRC **1F533FFF**.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como tema central o estudo dos espaços livres de uso público em áreas pericentrais de centros históricos, adotando como recorte o bairro Alto da Cruz em Ouro Preto, MG. Embora o Alto da Cruz se caracterize por ser uma área de grande relevância histórica, social e cultural para o município, o bairro, assim como comunidades periféricas ouropretanas e brasileiras, sofre com a escassez de espaços públicos. Assim, o trabalho a seguir tem como objetivo geral oferecer suporte a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SMDUH) de Ouro Preto na produção de um projeto de um espaço livre de uso público, na forma de um mirante, e de um espaço para festividades sob esse, que atenda às demandas da comunidade e, em especial, da paróquia. A metodologia utilizada na realização do trabalho se dividiu em etapas de levantamento de demandas e visitas a campo, elaboração de diagnóstico do local, fundamentação e pesquisa bibliográfica para entender os eventuais impactos projetuais no local, por fim, na elaboração e entrega do anteprojeto do mirante e do salão comunitário.

Palavras-chave: espaços públicos; espaços públicos em centros históricos; periferias; periferias em centros históricos; intervenções em centros históricos; Ouro Preto.

## ABSTRACT

The following research has as its central theme the study of open spaces for public use in pericentral areas of historic centers, adopting the Alto da Cruz neighborhood in Ouro Preto, MG as a focus. Although Alto da Cruz is characterized as an area of great historical, social and cultural relevance for the municipality, the neighborhood, as well as other peripheral communities in Ouro Preto and Brazil, it suffers from a lack of public spaces. Thus, the following work has the general objective of offering support to the Municipal Department of Urban Development and Housing (SMDUH) of Ouro Preto in the production of a project of a public open space, in the form of a viewpoint, with an event hall underneath it, answering the requests of the local community and, in particular, of the parish. The methodology used in carrying out the work was divided into stages of surveying demands and field visits, elaborating a diagnosis of the place, reasoning and bibliographical research to understand the possible project impacts on the space, and finally, in the elaboration and delivery of the preliminary project of the viewpoint and the event hall.

Keywords: public spaces; public spaces in historic centers; peripheries; peripheries in historic centers; interventions in historic centers; Ouro Preto.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	8
3. ALTO DA CRUZ: FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO NA HISTÓRIA.....	14
4. DIAGNÓSTICO.....	19
4.1 Caracterização urbanística: .....	19
4.2 Caracterização da paisagem: .....	22
4.3 Caracterização ambiental: .....	25
4.4 Caracterização legal: .....	26
4.5 Caracterização das apropriações: .....	29
4.6 Caracterização dos atores e das demandas colocadas: .....	31
5. ESTABELECIMENTO DO PROGRAMA E DIRETRIZES.....	31
5.1 Diretrizes para a regulamentação de vagas de estacionamento:.....	32
5.2 Diretrizes para caminhabilidade e controle de acesso veicular ao terreno:.....	32
5.3 Diretrizes para dinamização do acesso ao cemitério da Matriz de Santa. Efigênia: ....	32
5.4 Diretrizes de projeto arquitetônico e paisagístico:.....	33
6. OBRAS ANÁLOGAS.....	33
6.1 Centro de eventos Entremuros / Triangular + Gonzalo de la Parra:.....	33
6.2 Salão de Festas sobre o lago / LIVRE arquitetura .....	35
6.3 Salão de festas Dagostin / ES Arquitetura.....	38
7. O MIRANTE DE SANTA EFIGÊNIA: APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO .....	40
7.1 Implantação da edificação: .....	41
7.2 Intervenção Urbanística:.....	43
7.3 O programa do salão paroquial: .....	46
7.4 Composição volumétrica e humanização do espaço: .....	46
7.5 Mobiliário e equipamento urbano:.....	49
7.6 Paisagismo:.....	51
8. IMAGENS 3D E ESTUDOS DE IMPACTAÇÃO NA PAISAGEM TOMBADA .....	52
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
APÊNDICE A: ANTEPROJETO .....	59

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema central o estudo dos espaços livres de uso público, exemplificado por equipamentos como praças e parques, adotando como recorte temático os espaços livres de uso público em áreas pericentrais de centros históricos. Como recorte geográfico foi escolhido o bairro Alto da Cruz, em Ouro Preto-MG, e o recorte temporal é o momento presente.

O Alto da Cruz é um bairro localizado dentro dos limites de tombamento da ZPE (Zona de Proteção Especial) ouro-pretana, surgindo, no período colonial, como um conector entre os antigos arraiais mineradores - hoje bairros - Antônio Dias e Padre Faria. Apesar de ser uma região mais afastada do centro, a presença da Matriz de Santa Efigênia, localizada no topo da antiga ladeira da Cruz das Almas, faz do bairro um forte agitador cultural e religioso, movendo fiéis e turistas a visitá-lo. No entanto, suas características de região periférica, como a concentração de moradores de renda mais modesta e a baixa qualidade da infraestrutura em geral, fazem com que seja rara a presença de espaços livres de uso públicos de maiores dimensões ou significância.

Dentre os escassos espaços livres ali encontrados, cita-se a área conhecida como Mirante de Santa Efigênia, vizinha à antiga Matriz, que não possui a infraestrutura nem os equipamentos urbanos suficientes para a função que desempenha. Atualmente o mesmo se revela apenas como um muro, ao longo do qual foi construído um banco de concreto, mas que oferece uma vista bastante privilegiada para o Centro Histórico e seus principais monumentos, e por isso sendo inserido na maior parte dos roteiros turísticos da cidade.

Em 2023, chegou ao grupo de pesquisa e extensão Plus Ultra, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por parte da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP) a solicitação de realizar uma intervenção na região do Mirante, utilizando como área possível de ocupação para sua extensão, um terreno ao lado esquerdo da igreja, acessado pela Rua do Cruzeiro.

O terreno pertence à Irmandade de Santa Efigênia e, por estar localizado ao lado da matriz, apresenta forte potencialidade para abrigar as festividades religiosas da igreja, que, devido a sua condição topográfica, possui um adro significativamente menor do que os das demais matrizes da cidade. A Irmandade reivindica a construção de uma edificação no local para abrigar esses eventos. Ao lado da igreja, está localizada a Casa da Cultura Negra de Ouro Preto, outro ponto de referência

sociocultural do bairro e um importante instrumento na mobilização da população negra local. Além disso, vale ressaltar a localização estratégica do terreno centralizado entre os bairros Alto da Cruz, Padre Faria e Santa Cruz, todos com características periféricas e escassez de espaços livres de uso público.

Como integrante do Plus Ultra, adotei o desafio de requalificar o mirante como Trabalho Final de Graduação. A hipótese por nós levantada é de que um projeto elaborado a partir de diagnósticos específicos para o tema e baseado em discussões contemporâneas sobre patrimônio e espaço público seja capaz de atender a essa demanda da Irmandade por um espaço de festividade e transmutar o mirante em um espaço público de qualidade, atrativo aos turistas, acolhedor às demandas de lazer dos moradores da região e capaz de sediar os eventos da igreja, gerando um impacto positivo nas dinâmicas e na paisagem do local.

O trabalho tem como objetivo geral oferecer suporte a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SMDUH) de Ouro Preto na produção de um projeto para o terreno em questão, que atenda às demandas da comunidade e, em especial, da paróquia. Os objetivos específicos, por sua vez, são: produzir um diagnóstico do terreno e entorno, verificando possíveis desafios impostos pela declividade e levantando demais características relevantes para a elaboração do projeto; levantar as demandas dos atores na consolidação de um programa para o terreno; desenvolver um projeto arquitetônico-paisagístico de um mirante capaz de servir como espaço de lazer passivo e ativo para a comunidade local (espaço público); e, por fim, desenvolver um projeto arquitetônico de um salão paroquial (espaço semipúblico) no pavimento inferior ao mirante.

A metodologia utilizada na realização do trabalho se dividiu em quatro etapas: a primeira etapa iniciou-se através do levantamento das demandas e expectativas dos atores responsáveis para com o projeto, em seguida, visitas a campo foram realizadas com intuito de formar um acervo fotográfico de registro e obter uma compreensão inicial dos usos e dinâmicas do terreno atualmente. A segunda etapa, por sua vez, englobou uma análise mais profunda dessas dinâmicas através do estudo do levantamento topográfico do terreno, fornecido pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo (SMOU) e de demais mapas que revelam características importantes da localidade com a elaboração de um diagnóstico. A terceira etapa consistiu na revisão bibliográfica e análise das discussões contemporâneas sobre patrimônio e espaços

públicos para fundamentação das intervenções no espaço e na paisagem e justificativa das decisões de projeto; a quarta, e última, etapa consiste na elaboração e entrega do anteprojeto do mirante e do salão comunitário, com qualificação do terreno e do entorno imediato.

Este caderno apresenta os conteúdos necessários para o embasamento do projeto da seguinte maneira: O Capítulo 2, seguinte a este, traz a fundamentação teórica do trabalho, na qual expomos os principais conceitos e desafios, tanto em relação aos espaços públicos em áreas periféricas, quanto em relação à intervenção em áreas historicamente protegidas. O Capítulo 3 apresenta um breve histórico da área de estudo, permitindo contextualizá-la em relação à evolução da mancha urbana e de suas dinâmicas. O Capítulo 4 expõe o diagnóstico realizado, apresentando as características urbanísticas, ambientais e legais do terreno em questão, assim como de seu entorno. Apresentamos, igualmente, uma breve análise das dinâmicas ali observadas e os principais atores envolvidos na iniciativa de intervenção. No Capítulo 5 oferecemos uma síntese de tudo o que foi levantado até o final do TFG1, determinando as diretrizes que foram seguidas para a elaboração de uma proposta exitosa e explicamos o programa desenvolvido para nortear o projeto. O Capítulo 6 revela, finalmente, o anteprojeto, que foi desenvolvido a partir da aplicação dos diagnósticos e das diretrizes previamente estabelecidas. O Capítulo 7 traz, através de imagens renderizadas e de foto-inserções, uma discussão sobre o impacto final da nova edificação na paisagem urbana colonial de Ouro Preto.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A definição do que, de fato, caracteriza um espaço público é ampla, variando desde aspectos morfológicos e funcionais do espaço até a compreensão de seus proprietários (público ou privado), seus mantenedores e sua capacidade de alojar manifestações e dinâmicas da esfera pública. No entanto, embora existam divergências na literatura, é possível partir de pontos comuns para definir os espaços públicos, sendo estes lugares de formação de memória individual e coletiva, capazes de espelhar e sustentar a noção de identidade das massas, que, por sua vez, crescem com o reconhecimento de seu caráter de comunidade (UN-HABITAT, 2015).

Esses espaços historicamente se manifestam como adros, largos, praças e jardins. No entanto, percebemos que as transformações sócio-políticas ocorridas a

partir do século XVIII e, especialmente no Brasil, nos séculos XIX e XX, impactaram significativamente, não só as camadas sociais, mas também o espaço urbano e suas configurações; conseqüentemente, vê-se, com o passar dos anos, novas funções sendo atribuídas aos espaços públicos já existentes. Acompanhando o crescimento das cidades e as transformações na sociedade, testemunhamos, entre outros, a conversão de antigos largos e jardins contemplativos em estacionamentos e espaços esportivos, respectivamente (VIANA, 2018).

O crescimento urbano, entretanto, não se deu, necessariamente, de forma equilibrada, especialmente quando observamos o surgimento de novos equipamentos de lazer. A disparidade na distribuição de espaços públicos nos núcleos urbanos se tornou um problema manifesto, que afeta cidades de todos os portes, em ambos os hemisférios. Isso se deve ao fato de que a maior parte das cidades ainda são mononucleadas e resultantes de expansões que ocorreram de forma radial em relação aos primeiros assentamentos urbanos, portanto, porções mais centrais concentram um número muito maior de usos e equipamentos urbanos, se comparados à regiões mais periféricas (ARAÚJO, 2018). Além disso, é comum, em nossas cidades, que as regiões centrais sejam locais de maior concentração de renda, enquanto as periferias sejam caracterizadas por uma população mais economicamente vulnerável, e politicamente menos influente.

Conseqüentemente, a população periférica sofre com os problemas gerados pela segregação socioespacial, como a falta de equidade à oportunidades de recreação, esportes, encontro e cultura, a falta de vínculo com a própria cidade e o desequilíbrio entre melhorias nos espaços frequentados pelos turistas e pela população local, dentre outros.

A cidade mineira de Ouro Preto não apresenta uma realidade distinta desta. Embora tenha sido o primeiro sítio nacional a ser reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO, em 1980, sendo, ainda hoje, referência mundial do barroco e da arquitetura colonial brasileira, a cidade revela problemas que somente a população local consegue experienciar: a falta de espaços públicos nas periferias e a forte percepção de que os espaços públicos do sítio histórico preservado não os pertencem.

A formação de Ouro Preto se deu, em resumo, a partir da junção dos dois principais arraiais minerários de Antônio Dias e Pilar, e suas respectivas periferias. Historicamente, o arraial de Antônio Dias e as centralidades menores que se formaram

a sua volta sempre se comportaram como locais de força de trabalho e fornecimento de mão-de-obra, enquanto os arraiais opostos, embora não totalmente excluídos dessa condição, posicionavam-se como fortes polos de comércio e acúmulo de capital (VELOSO, 2018). O traçado urbano originário do século XVIII, ainda fortemente preservado, reflete hoje as dinâmicas coloniais convertidas na grande concentração de ELUPs na região do Pilar e na falta de equipamentos urbanos na antiga freguesia do Antônio Dias.

O objetivo deste trabalho encontra, então, dois grandes desafios: produzir um projeto arquitetônico que, respeitando as características socioespaciais da região onde será instalado, garanta à população um espaço público de qualidade, mas também assegurar que a paisagem histórica protegida não seja descaracterizada. Assim, nos cabe aqui discutir três pontos essenciais: O que caracteriza as demandas de lazer das áreas urbanas pericentrais; o que confere “qualidade” a um espaço público; e quais são as abordagens de intervenção em sítios históricos consideradas mais contemporâneas e adequadas para a área em questão.

As demandas de lazer das periferias urbanas refletem a necessidade dessas regiões por espaços coletivos de socialização, expressão cultural e potencialização das dinâmicas locais. De acordo com Araújo (2018), quanto mais dinâmico for o espaço urbano, maior é a probabilidade de que um espaço público ali inserido seja apropriado cotidianamente e sirva de suporte às atividades do entorno. A autora prossegue, reforçando que:

“(...) para que um espaço público seja dinâmico, ele deve ser bem conectado ao seu entorno, criando uma relação positiva de suporte com ele, servindo especialmente como local de encontro, descanso e socialização. (...) podendo ocorrer em uma pequena subcentralidade local, na qual se destacam as relações entre vizinhos e outros conhecidos, ou em grandes centralidades de alcance municipal ou regional, propiciando o contato entre conhecidos e desconhecidos de diversas naturezas.”

(ARAÚJO, 2018).

As periferias brasileiras são caracterizadas por uma série de desafios, incluindo a falta de infraestrutura adequada e de opções de lazer acessíveis, bem como a violência urbana e a discriminação social. O papel desempenhado pelo espaço público na melhoria da qualidade da vida urbana e como agente de equidade social (UN-HABITAT, 2015), é indispensável para a transformação desse contexto.

A qualidade de vida de uma cidade é medida pela dimensão da vida coletiva expressa em seus espaços públicos (GATTI, 2013). Em *Cities for People* (2010 apud

VIANA, 2018), Jan Gehl oferece uma “caixa de ferramentas” formada por 12 critérios de qualidade espacial divididos em 3 grupos: proteção (contra tráfego e acidentes; crime e a violência; e condições climáticas adversas), conforto (oportunidades para caminhar, permanecer em pé, sentar, ver, ouvir, brincar e praticar atividades físicas) e prazer (observância da escala humana, oferta das boas sensações térmicas e promoção de outras experiências sensoriais positivas). Apesar da relevância da obra e da pertinência dos tópicos levantados, a aplicação de todos estes conceitos não garante o sucesso de um espaço público implantado, mas a experiência nos faz considerá-los fortes geradores de usos e apropriações que, embora genéricos, se associados à demandas e dinâmicas específicas, podem assegurar a manutenção da vitalidade dos espaços.

No caso do trabalho em questão, uma especificidade que não pode ser ignorada é a inserção do terreno em um núcleo histórico, além da relação direta dos moradores locais com sua herança cultural transcrita na história da Matriz de Santa Efigênia. A discussão sobre intervenções em sítios históricos se intensificou ao longo dos séculos XIX e XX, especialmente após a 2ª Guerra Mundial e a destruição em massa causada pelos bombardeios das cidades europeias.

O conservador-restaurador espanhol Salvador Muñoz Viñas foi o responsável por sistematizar em sua obra discussões e críticas às teorias clássicas do restauro e da conservação, além de organizar as novas proposições, de diferentes autores, quanto à compreensão do patrimônio. As principais críticas de Viñas (2002) questionam conceitos consolidados pelo cientificismo das teorias clássicas: um restauro ancorado na busca pela “verdade”; decisões totalmente baseadas na objetividade; intervenções reversíveis; e, sobretudo, a restauração como resgate do autêntico.

As críticas da teoria contemporânea nascem para contrapor a ideia de que a autenticidade poderia ser objetivamente definida, sem quaisquer influências subjetivas do restaurador. Afinal, qual seria o verdadeiro “estado autêntico” do bem? Seria este o estado original do bem quando construído, o estado prístino (aquele que autor da obra pretendia construir), ou o estado encontrado no momento da restauração?

Em reconhecimento às contribuições das teorias clássicas, Viñas (2002) recorre a conceitos de valores subjetivos atribuídos ao objeto, sistematizados por Alois Riegl ainda no século XIX, sendo estes: valores de rememoração (valor de antiguidade,

valor histórico e valor de rememoração intencional) e valores de contemporaneidade (valor de uso, valor de arte relativo e valor de novidade).

Riegl estabelece princípios para a preservação com base nos valores de cada monumento (CUNHA, 2006). O valor de antiguidade se revela de imediato aos sujeitos, independentemente de sua classe social ou grau de instrução, que identificam no objeto seu aspecto não moderno e nutrem uma apreciação estética pelos processos naturais de deterioração, sem desejar seu fim imediato, mas o retardamento desses processos.

O valor histórico surge na compreensão do objeto como um documento histórico a ser conservado com fidelidade ao estado original, as transformações sofridas ao decorrer do tempo são reconhecidas como parte de sua história e a apreciação estética do antigo se completa através da reflexão baseada no conhecimento historiográfico do objeto, mesmo que de modo superficial, enquanto o valor de rememoração intencional se manifesta no desejo da perenidade do objeto original e na busca por sua imortalidade.

Os valores de contemporaneidade se dividem em valor de uso (prático), no qual o monumento deve atender às necessidades materiais do homem, e valor de arte (valor de arte relativo e valor de novidade), que atende às necessidades do espírito.

O valor de arte relativo vem da capacidade que o monumento antigo mantém de sensibilizar o homem moderno, mesmo tendo sido projetado em uma época diferente, e contempla a realização das necessidades transcendentais do espírito. O valor de novidade, por fim, responde à expectativa de que o bem tenha sempre aparência de novo, atribuindo-lhe superioridade sobre o velho.

Viñas (2002) se mostra a favor de que os processos de restauração e conservação tomem partido da subjetividade, contemplando a intersubjetividade dos sujeitos afetados pela intervenção, não o individualismo do restaurador. Assim, assume-se que o processo de restauração demanda escolhas, pautadas nos valores atribuídos ao bem e desenvolvidas com juízo crítico.

Em 2011, a publicação da Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica (UNESCO) estabelece uma abordagem paisagística para identificação, conservação e gestão de áreas históricas. De acordo com Pérez e Martínez (2017 *apud* SANTANA & SILVA), as metas e objetivos estabelecidos pela Recomendação utilizam a paisagem, aspecto central da abordagem, como instrumento de superação das

diferenças entre áreas históricas e de desenvolvimento, considerando natureza, cultura, patrimônio edificado e seu contexto como testemunhas do complexo processo de construção da cidade no tempo. Assim, a Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica propõe um relacionamento equilibrado e sustentável entre o espaço urbano e o natural e entre as gerações presentes, futuras e o legado do passado (UNESCO, 2011).

Em 2016, a UNESCO publicou o *The HUL Guidebook*, um guia prático sobre a Recomendação, com o objetivo de promover uma compreensão mais aprofundada da iniciativa e apresentar estudos de caso de sua aplicabilidade. A síntese da contribuição do guia se apresenta na consolidação de um *toolkit* (caixa de ferramentas) dividido em quatro categorias que podem ser subdivididas em inúmeras ferramentas adaptáveis ao ambiente de aplicação e ao seu desenvolvimento (fig. 01).

Figura 01: Quadro de Ferramentas do *The HUL Guidebook*.



Fonte: UNESCO, 2011 (alterado pela autora).

Sobre o *toolkit*, o guia prossegue:

A gestão bem-sucedida do patrimônio urbano em ambientes complexos exige um *toolkit* robusto e em constante evolução. Este deve incluir uma gama de ferramentas interdisciplinares e inovadoras, que podem ser organizadas em quatro categorias diferentes, (...). Deve-se enfatizar que, para o sucesso da gestão do patrimônio urbano, as políticas e ações dessas quatro categorias precisam ser adaptadas para aplicação local e abordadas simultaneamente, pois são interdependentes.

(UNESCO, 2016, tradução nossa)

A partir da compreensão da teoria contemporânea do restauro, aliada à metodologia desenvolvida pela UNESCO, e das discussões levantadas sobre espaços públicos em áreas periféricas e patrimoniais, construiremos nossa análise sobre o terreno a ser trabalhado.

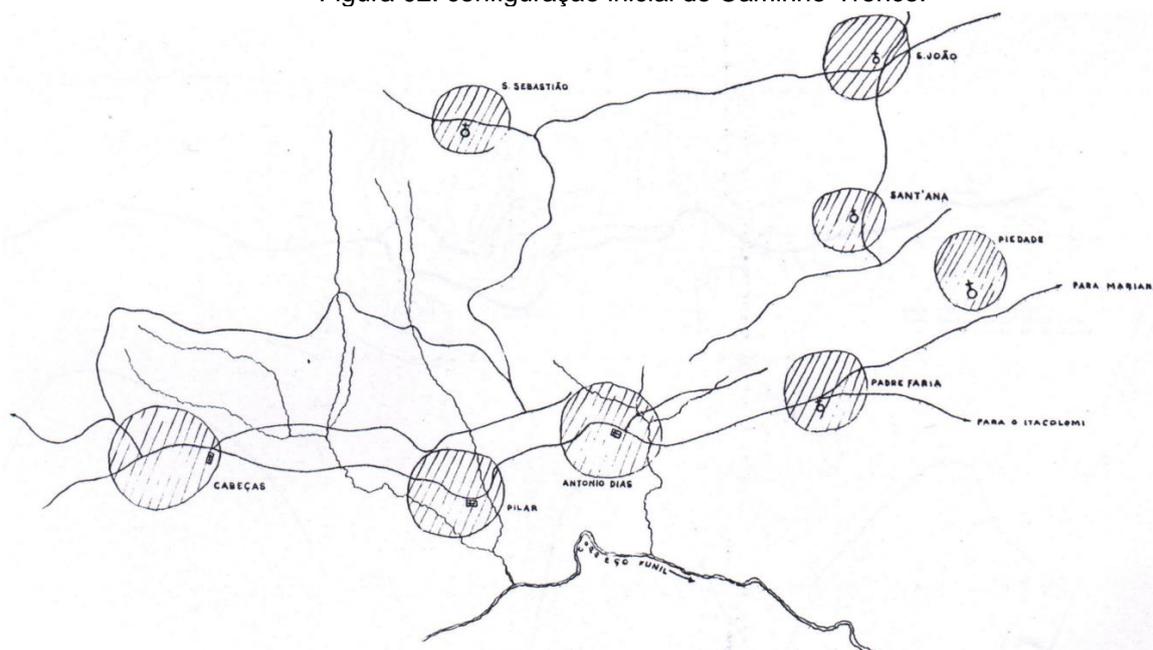
### 3. ALTO DA CRUZ: FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO NA HISTÓRIA

O atual município de Ouro Preto consolida-se hoje sobre os remanescentes dos antigos pilares, políticas, aspirações e dinâmicas socioespaciais oriundas dos primeiros assentamentos da antiga *Villa Rica*, “*fruto, talvez o maior, da admirável expansão portuguesa no Novo Mundo*” (VASCONCELLOS, 1956).

Os primeiros esboços de uma ocupação, que culminaria, eventualmente, no traçado do perímetro urbano, têm início na segunda metade do século XVII com o início da exploração aurífera às margens dos córregos da região e a consequente fundação de arraiais próximos às áreas de exploração mineral. Três expedições bandeirantes foram fundamentais para a formação do território: a primeira, chefiada por Manuel Garcia, foi responsável pela fundação, em 1696, do arraial do Ouro Preto, a segunda, pela fundação do arraial de Antônio Dias, em 1698, nome dado em homenagem ao seu fundador, e a terceira, de semelhante modo, pela fundação do arraial do Padre Faria (SALGADO, 2010).

De forma peculiar e ao contrário das demais capitâneas, a ocupação do território ocorre espaçada e simultaneamente em porções de terra distintas, mas que se articulam ao longo de seu desenvolvimento, com a formação de mais arraiais, e passam a apresentar um traçado longitudinal, que se estende sobre cumes e vales, enquanto a atividade mineradora avança dos córregos para a serra. Vasconcellos (1956), a este traçado confere o título de “Caminho-Tronco” (fig. 02), a esta altura, consagrado pela literatura.

Figura 02: configuração inicial do Caminho-Tronco.

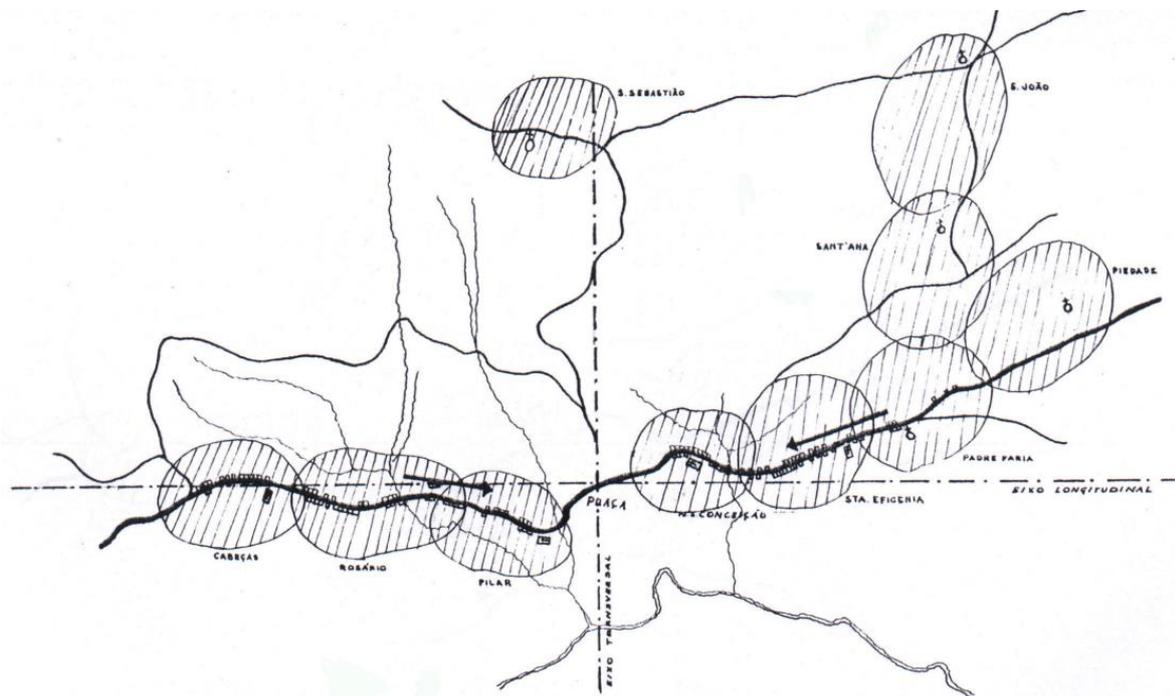


Fonte: VASCONCELLOS, 1956.

Sylvio de Vasconcellos (1956) afirma que o Caminho-Tronco foi o norteador dos movimentos de expansão territorial da vila que se seguiram. A formação de novos arraiais, inclusive o Alto da Cruz (observe-se a presença da Matriz de Santa Efigênia na fig. 03), inflamou um processo de expansão centrípeta em direção ao Morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes, localizado entre os arraiais de Ouro Preto (ou Pilar) e Antônio Dias (fig. 03).

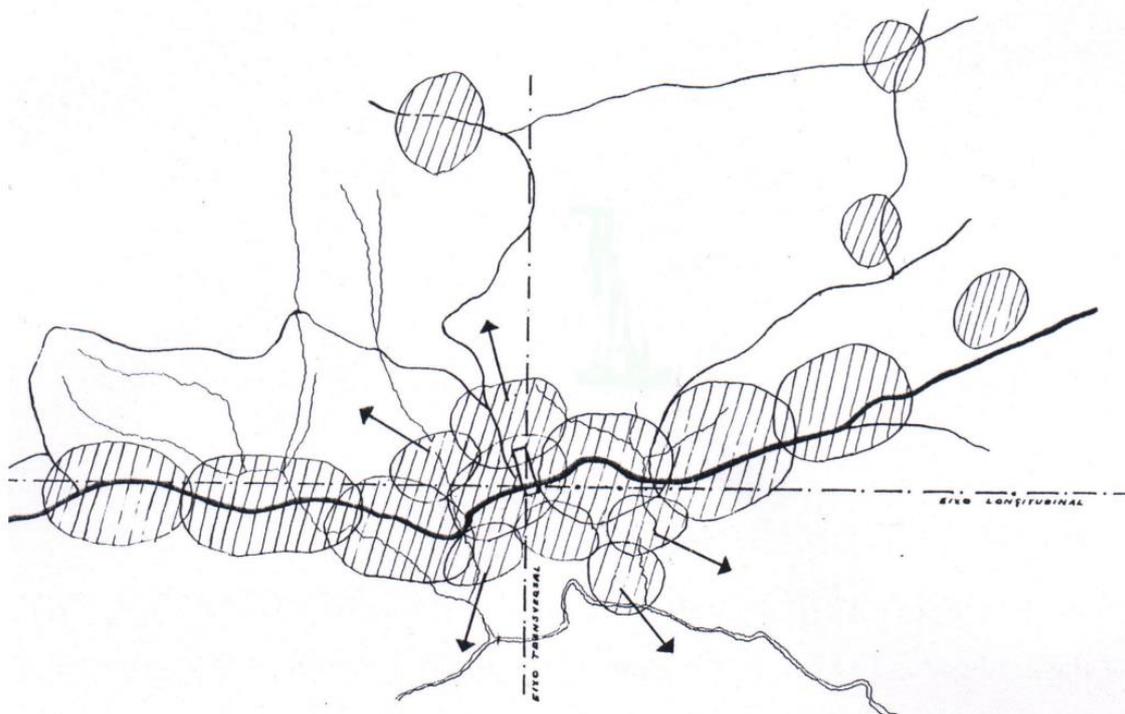
Em um segundo momento, inicia-se um novo processo de expansão, desta vez centrífuga, ou seja, na direção externa ao eixo longitudinal do Caminho-Tronco (fig. 04).

Figura 03: eixos de expansão centrípeta do Caminho-Tronco na direção da atual Praça Tiradentes.



Fonte: VASCONCELLOS, 1956.

Figura 04: eixos de expansão centrífuga do Caminho-Tronco na direção da atual Praça Tiradentes.



Fonte: VASCONCELLOS, 1956.

Poucas décadas após os primeiros assentamentos urbanos, a coroa portuguesa eleva a união dos arraiais à condição de vila, fundando em 1711, Vila Rica. Durante os anos iniciais, o Alto da Cruz ainda apresentava características de uma ocupação

pouco urbanizada e com referenciais ainda provisórios, principalmente se comparado às demais centralidades. Entre os anos de 1718 e 1722, 46 dos 47 terrenos aforados pela Câmara no arraial do Ouro Preto já estavam em locais referidos como “ruas”, como a “Rua da Praça” ou “Casa da Câmara”, que recebeu 19 das 47 solicitações (VELOSO, 2018). De acordo com Veloso (2018), a maior proximidade com os serviços minerais promoveu uma ocupação do espaço diretamente relacionada com a extração aurífera e uma queda nos rendimentos da extração pode ter sido responsável pela estagnação da região até o final da década de 1710. A volta da procura por lotes nesta região (fig. 05), em 1718, deve-se ao início da construção da capela do Alto da Cruz, que futuramente daria lugar à Matriz de Santa Efigênia em 1733, e a uma provável descoberta de ouro relevante por ali (VELOSO, 2018).

Figura 05: mapa de Vila Rica na década de 1760.

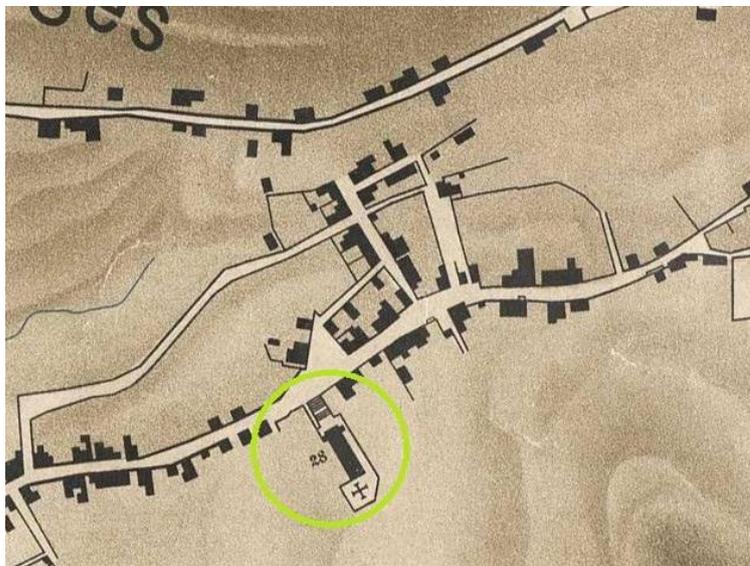


Fonte: VELOSO, 2018.

A região onde hoje se encontra o terreno do mirante pode ser observada, em seus traçados iniciais, na *Planta da Cidade de Ouro-Preto*, de 1888, organizada por ordem do então presidente da província, Luiz Eugenio Horta Barbosa (fig. 06). Através da busca por demais mapas, localizou-se novamente a área no mapa de *Funções*

*Turísticas* (fig. 07), elaborado pela Fundação João Pinheiro em 1975, já com um traçado similar ao atual, embora a função de mirante não esteja marcada no mapa.

Figura 06: recorte da Planta da Cidade de Ouro-Preto com foco na área de intervenção do trabalho.



Fonte: BN Digital, 2023.

Figura 07: recorte do Mapa de Funções Turísticas com foco na área de intervenção do trabalho.



Fonte: FJP, 1975.

De acordo com Oliveira & Sobreira (2014), o município de Ouro Preto, MG passou por um processo de recuperação econômica, impulsionado pela industrialização, e de retorno populacional ao município, que até então vivia uma fase de declínio em função do esgotamento do ouro e a transferência da capital para Belo Horizonte.

O início da exploração do alumínio, em 1945, e a chegada do grupo canadense Aluminium Limited (Alcan), em 1950, refletiram rapidamente na organização do

espaço urbano da cidade (OLIVEIRA & SOBREIRA, 2014). Além da consolidação de alguns bairros, como o Morro do Cruzeiro, e formação de novos bairros, o núcleo histórico quase idêntico ao traçado original do século XVIII, também passou por um processo de expansão, ocasionado pelo aproveitamento de todas as áreas pericentrais que ofereciam condições favoráveis à ocupação, dentre eles o Alto da Cruz (FJP, 1975 *apud* OLIVEIRA & SOBREIRA, 2014).

As mudanças socioeconômicas ocorridas na cidade ao longo dos séculos deixaram marcas perceptíveis em seu traçado espacial, além de afetarem o funcionamento das dinâmicas sociais e de comportamento. O mapeamento dessas dinâmicas, a forma como se revelam na atualidade e a caracterização da área de intervenção do projeto serão retratadas no próximo capítulo.

## 4. DIAGNÓSTICO

### 4.1 Caracterização urbanística:

Ao analisar-se os usos das edificações próximas ao terreno a ser trabalhado (fig. 08), percebe-se que a região é predominantemente residencial, apresentando poucos serviços e comércios, geradores de fluxo que geralmente conferem maior vitalidade às vizinhanças. No entanto, é marcante a presença de instituições como a já referenciada Matriz de Santa Efigênia e a Casa da Cultura Negra, mas também a proximidade da Escola Estadual Desembargador Horácio de Andrade, forte indicativo da presença de crianças e adolescentes nas redondezas, um perfil de potenciais usuários do espaço público a ser ali implantado.

Figura 08: Mapa de usos do entorno imediato ao terreno.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de ortofoto do Distrito Sede, 2022.

O tipo de usos encontrados no entorno e a posição pericentral do terreno na malha urbana faz com que as vias ao redor do terreno possuam um fluxo relativamente leve, mas constante. A Rua Santa Efigênia conduz ao Centro, bairro que ainda se mantém como centralidade principal do município, mas também aos relevantes bairros do Pilar e do Antônio Dias; a Rua Padre Faria conduz ao bairro Padre Faria; a Rua Padre Viegas ao pequeno subcentro comercial do bairro Alto da Cruz; e a Rua do Cruzeiro se configura como acesso principal do bairro Santa Cruz. Desta forma, percebe-se que a localidade se configura como um importante nó de circulação no lado leste do distrito-sede.

Os trajetos destacados na figura 09 são realizados majoritariamente por moradores locais ou de bairros vizinhos, salvo os turistas, que, realizando o trajeto de carro, utilizam o acesso da Rua Santa Efigênia, responsável por conectar a Matriz, a grande atração local, ao restante dos atrativos do Centro Histórico. O estacionamento está presente em várias vias, sendo ofertado paralelamente ao eixo de circulação, não impactando consideravelmente o trânsito de veículos, mas percebe-se que o pedestre é bastante desprivilegiado.

Figura 09: Principais fluxos e acessos ao terreno.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de ortofoto do Distrito Sede, 2022.

A largura da Rua do Cruzeiro varia de 3,5 até 15 metros, próximo à entrada do cemitério, retornando então à média de 5 metros. Esta variação dimensional do leito carroçável contribui para o estacionamento irregular de veículos nos pontos de alargamento, em desfavorecimento do pedestre. Na foto ampliada abaixo (fig. 10), é possível perceber a ausência de calçadas nas proximidades do terreno, fazendo com que o pedestre caminhe sobre o leito carroçável, no centro da via. O traçado da rua, por sua vez, cria diversos pontos cegos nas esquinas, colocando o pedestre em risco.

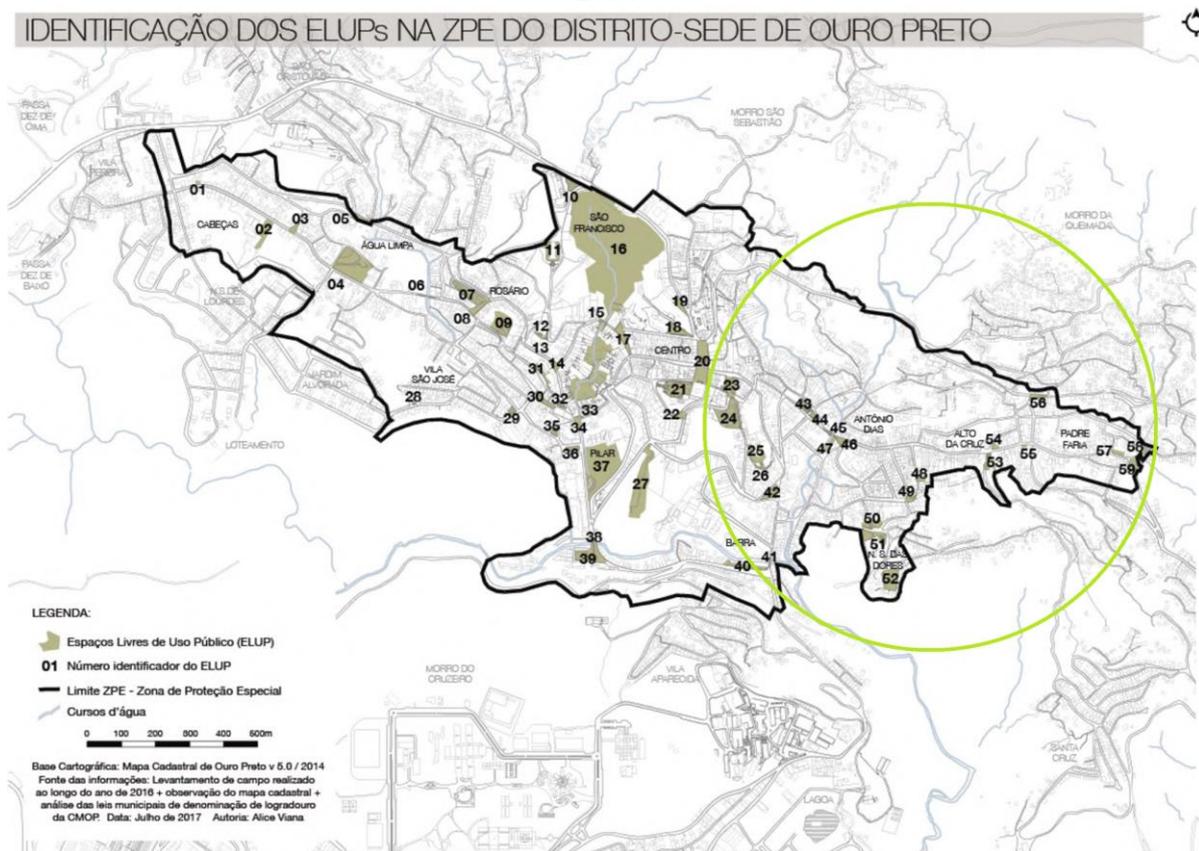
Figura 10: Foto ampliada do terreno.



Fonte: Ortofoto do Distrito Sede, 2022.

A figura abaixo (fig. 11) confirma a escassez de espaços livres de uso público na região do antigo arraial de Antônio Dias, que engloba os atuais bairros de Antônio Dias, Alto da Cruz, Padre Faria e N. Sra. das Dores, além do bairro Santa Cruz, mais recente na expansão urbana.

Figura 11: Mapeamento de ELUPs no centro histórico de Ouro Preto com destaque para o Antônio Dias.



Fonte: ARAÚJO, 2018 (alterado pela autora).

#### 4.2 Caracterização da paisagem:

A paisagem ao redor do terreno revela traços característicos a uma zona de transição entre a ZPE (Zona de Proteção Especial) ouropretana, marcada pela presença de elementos característicos do perímetro tombado, como o casario colonial e o calçamento em pedra, e a ZAR-3 (Zona de Adensamento Restrito 3), uma zona de ocupação consolidada ao longo do século XX, com a forte presença da autoconstrução e que já não se preocupa em esconder instalações e infraestruturas contemporâneas, como o cabeamento e postes de iluminação (fig. 12).

Figura 12: Infraestrutura presente na Rua Padre Faria.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

A vista a partir do terreno, no entanto, é bastante privilegiada, descortinando grande parte do Centro Histórico de Ouro Preto, com um foco maior no casario dos bairros Centro e Antônio Dias (fig. 13 e 14). É justamente essa vista que faz com que o ponto seja frequentemente testemunha de pausas para contemplação, em especial dos turistas que visitam a Matriz, embora, em si, não apresente nenhuma infraestrutura que potencialize a função que desempenha, ou ofereça oportunidades e incentivos à permanência. Hoje, o mirante reduz-se a um muro de alvenaria, que limita o terreno, ao qual foi adicionado um banco de pedra, localizado em uma das margens da Rua do Cruzeiro, oposta à Matriz.

Figura 13: Vista do Mirante.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Dentre os pontos avistados do mirante, pode-se citar: o Museu da Inconfidência, antiga Casa de Câmara e Cadeia, o Museu de Ciência e Técnica, sediado na antiga sede da Escola de Minas e antigo Palácio dos Governadores, e as igrejas de Nossa Senhora do Carmo, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia e a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, no Antônio Dias.

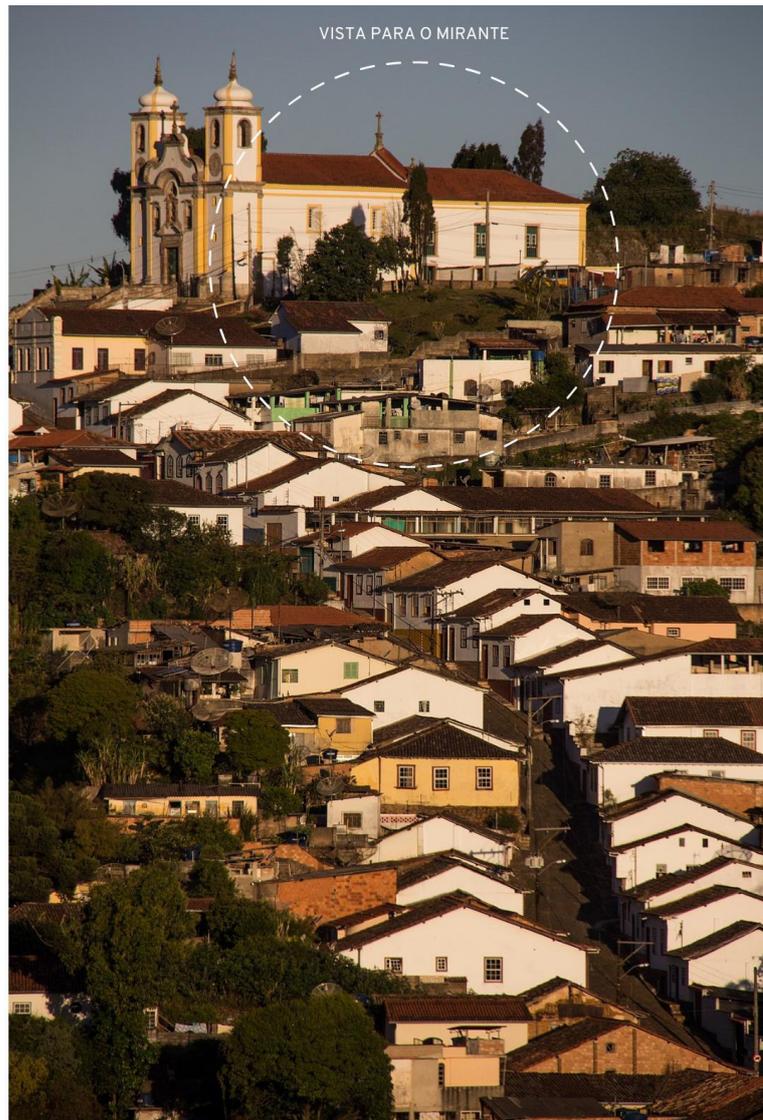
Figura 14: Vista do centro-histórico a partir do Mirante.



Fonte: Acervo pessoal, 2023 (alterado pela autora).

Não obstante, é indispensável considerar a visibilidade do mirante dentro do sítio histórico (fig. 15) e destacar que qualquer intervenção no terreno tem potencial para gerar um impacto alto, tanto positivo quanto negativo, na paisagem tombada do bairro e da matriz. Por isso, realça-se novamente a importância de um projeto ancorado em discussões contemporâneas, validadas pela literatura e pela prática sobre o patrimônio, e dentro dos trâmites legais estabelecidos pelos órgãos responsáveis.

Figura 15: Vista da Matriz de St. Efigênia a partir do Largo de Coimbra, Centro.

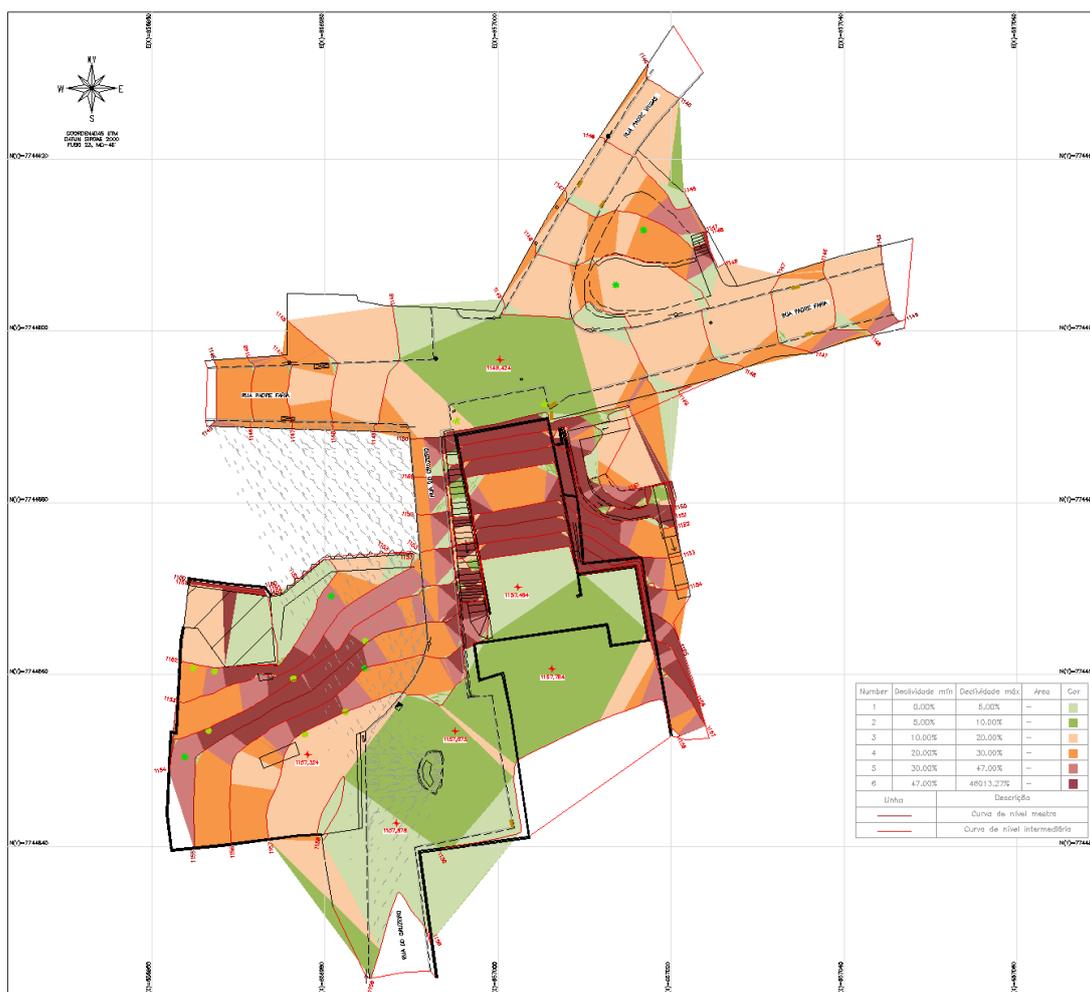


Autor: Elvécio Fernandes, 2014 (alterado pela autora).

#### 4.3 Caracterização ambiental:

O terreno tem cerca de 770m<sup>2</sup> e está situado, como visto nas imagens, em um topo de morro ocupado ainda no período colonial. O mapa de declividades (fig. 16), elaborado a partir da planta topográfica, cedida pela Secretaria de Obras de Urbanismo do Município, revela porções do terreno com inclinações consideráveis e até mesmo superiores a 45%, sendo estas automaticamente consideradas áreas de APP (Áreas de Preservação Permanente), ou seja, não passíveis de intervenção. A declividade acentuada do terreno representa um desafio para a implantação do salão paroquial, no entanto, uma potencialidade para a qualificação e maior visibilidade do mirante.

Figura 16: Mapa de declividade do terreno.



Fonte: PlusUltra, 2023

Elaborado a partir da Planta Topográfica do terreno, cedida pela SMOU de Ouro Preto.

Além disso, a posição do terreno em relação ao Norte, garante que o mirante receba a luz solar durante todo o dia e ainda tenha uma vista privilegiada do pôr-do-sol sobre o centro histórico, a oeste.

#### 4.4 Caracterização legal:

Dentro da legislação vigente, três leis fundamentais se sobrepõem sobre o Alto da Cruz e sobre o terreno escolhido, sendo estas: a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Ouro Preto (OURO PRETO, 2011), o Código de Posturas do município (OURO PRETO, 1980) e a Portaria nº 312 do IPHAN (BRASIL, 2010). A LPOUS (Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo) de Ouro Preto contém as diretrizes básicas para intervenções na ZPE municipal, cujo objetivo é preservar não apenas o conjunto arquitetônico, mas toda a paisagem urbana:

Art. 84 A preservação da notabilidade do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico é determinada através da manutenção das seguintes características:

- I. o quadro natural e a paisagem envolvente;
- II. a morfologia urbana e os traçados dos logradouros;
- III. a unidade dos conjuntos urbanos;
- IV. a relação entre as áreas edificadas e as não edificadas;
- V. as tipologias arquitetônicas;
- VI. a diversidade e a multiplicidade dos usos;
- VII. os espaços públicos de reunião e encontro;
- VIII. as manifestações culturais.

(OURO PRETO, 2011)

No entanto, percebe-se que não existe a intenção de reprimir intervenções no sítio histórico em respostas às demandas contemporâneas, desde que estas se manifestem compatíveis com a preservação do acervo local:

Art. 85 A preservação do acervo urbanístico-arquitetônico é fator preponderante para a definição das intervenções neste sítio e, deverá:

- I. ser compatibilizada com os valores e necessidades da vida urbana atual e do desenvolvimento sócio-econômico;
- II. ser utilizada para a melhoria tanto da qualidade de vida na cidade, quanto do ambiente urbano.

(OURO PRETO, 2011)

O Código de Posturas municipal é composto por uma série de medidas administrativas, regulando o uso do espaço urbano e garantindo uma convivência harmônica dentro da cidade. Pode-se citar, por exemplo, o caráter de cooperação na manutenção da limpeza e higiene urbana, contida no Título II, Art. 7º:

Art. 7º É dever da população cooperar com a Prefeitura na conservação e limpeza da cidade, sendo proibidos:

- I. varrer, despejar, atirar ou queimar detritos de qualquer natureza sobre:
  - a) leito ou ralo de qualquer via pública;
  - b) leito ou margens de rio ou córrego;
- (...) IIV. utilizar chafarizes, fontes ou tanques situados em logradouros públicos para lavagem de roupas, animais e objetos de qualquer natureza;

(OURO PRETO, 2011)

De modo semelhante à LPOUS, embora em âmbito nacional, a Portaria nº 312 do IPHAN tem como objetivo regulamentar as intervenções realizadas dentro do perímetro tombado municipal e dispor critérios que garantam a preservação do conjunto arquitetônico local. Embora o foco da portaria se concentre principalmente em edificações, algumas diretrizes de intervenção nos espaços públicos localizados dentro da APE-01, correspondente ao centro histórico local, são mencionadas no Capítulo I do Título IV:

Art. 22. As intervenções na APE 01 deverão obedecer às seguintes diretrizes:

- I. Manutenção da harmonia de volumetria e orientação espacial das edificações;
- II. Manutenção das tipologias arquitetônicas predominantes, no que diz respeito aos planos e materiais de cobertura, ritmo e proporção de aberturas nas fachadas, cores, gabarito e implantação no lote, sendo recomendada a substituição e/ou adequação de construções incompatíveis com o SÍTIO TOMBADO;
- III. Manutenção da morfologia urbana, principalmente no que se refere ao arruamento, parcelamento do solo, áreas verdes, configuração dos lotes e espaços públicos;
- IV. Garantia da visibilidade e ambiência dos monumentos e seu entorno imediato;
- V. Garantia da reabilitação dos espaços públicos e requalificação da paisagem urbana e natural.

(BRASIL, 2010)

Enquanto isso, o Capítulo V trata dos espaços públicos e das áreas verdes em geral, sem se ater necessariamente a qual sub-área de preservação estejam eles inseridos. O Art. 64 afirma que a gestão dos espaços públicos do sítio tombado será assegurada pelas normas de preservação vigentes na portaria e pela reabilitação e requalificação dos espaços e da paisagem urbana:

Ações de reabilitação dos espaços e da paisagem compreendem humanização dos espaços públicos, elaboração de projetos de requalificação paisagística e ambiental, e revalorização arquitetônica dos conjuntos edificados, considerando-se aspectos de usos adequados de volumetria e composição. Intervenções em áreas pontuais, consideradas de relevante interesse paisagístico, serão também contempladas nos Planos de Ocupação Específicos e nas atividades de fiscalização e monitoramento.

(BRASIL, 2010)

Percebe-se, então, um posicionamento favorável do Governo Federal à intervenção e humanização dos espaços públicos contidos no perímetro tombado para que respondam às demandas reais da população na contemporaneidade e não desempenhem um papel apenas cenográfico.

A Portaria nº 312 prossegue em dividir a APE-01 em Planos de Ocupação Específicos (POE) que englobam diferentes sub-áreas espalhadas pelo Distrito Sede. Para realização do presente trabalho e desenvolvimento da análise legal, identificou-se que o terreno do Mirante de Santa. Efigênia está inserido dentro da POE 03.

O Art. 66, por sua vez, revela a preferência da portaria pela manutenção da horizontalidade nos espaços públicos, reforçando que:

Os espaços públicos conformados pelas praças e largos públicos deverão ter tratamento marcado pelo realce de grandes superfícies planas, com mobiliário urbano discreto, não se admitindo canteiros de jardins elevados, salvo exceções tecnicamente justificadas.

(BRASIL, 2010)

Além disso, os artigos 89, da LPOUS, e 22, da Portaria nº 312, determinam a manutenção das visadas e perspectivas dos monumentos, vetando assim qualquer intervenção no terreno que possa obstruir ou comprometer a visibilidade da Matriz de St. Efigênia.

Por fim, conclui-se que o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico ouro-pretano não implica, necessariamente, no congelamento total da paisagem, impedindo quaisquer mudanças ou adaptações em seu traçado. Embora o tombamento imponha, conseqüentemente, restrições às intervenções, há fortes incentivos, tanto municipais quanto federais, para requalificações dos espaços públicos e áreas verdes locais.

#### 4.5 Caracterização das apropriações:

De acordo com Araújo (2018), “podemos entender como dinâmicas urbanas o conjunto de processos sociais e de atividades humanas em um determinado espaço urbano que, junto com seus atributos físico-geográficos, lhes conferem uma identidade própria.”

Figura 17: Turista observando a paisagem a partir do Mirante.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

A falta de infraestrutura e mobiliário faz com que o mirante não ofereça oportunidades para usos e apropriações mais prolongadas do espaço. Assim, a atividade desempenhada por seus usuários é corriqueira e consiste, basicamente, na observação da paisagem por um breve período, muitas vezes seguida pelo registro fotográfico do local, e, então, pela partida do usuário. As únicas estruturas do terreno atualmente apropriáveis, como já mencionado, são o muro e o banco de pedra, sobre o qual os turistas se colocam para tirar fotos e observar a paisagem do mirante (fig. 17).

A região do Alto da Cruz, no entanto, é rica em manifestações culturais, principalmente religiosas, provocadas pela presença da Matriz de St. Efigênia e que se estendem do adro para a rua (fig. 18). O mês de janeiro é o mais agitado e é quando ocorrem a maior parte das festividades, já as missas acontecem duas vezes por semana. As visitas à igreja, por sua vez, acontecem de terça à domingo, das 8h30min às 16h30min (quadro 01).

Figura 18: Fiéis na escadaria da Matriz durante a Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito.



Fonte: IPHAN, s.d.

Quadro 01: Calendário de atividades da Matriz de St. Efigênia

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DA MATRIZ DE ST. EFIGÊNIA	
ATIVIDADE	QUANDO?
REINADO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	JANEIRO
GUARDA DE CONGO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SANTA EFIGÊNIA DO ALTO DA CRUZ	JANEIRO
	JANEIRO
GUARDA DE MOÇAMBIQUE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SANTA EFIGÊNIA DO ALTO DA CRUZ	JANEIRO
FESTA DE SANTA EFIGÊNIA	SETEMBRO
MISSAS	SÁBADOS ÀS 19h30min DOMINGOS ÀS 7h00min
VISITAÇÕES	DE TERÇA-FEIRA À DOMINGO DAS 8h30min ÀS 16h30min

Fonte: Turismo Ouro Preto, 2023.

Todos esses elementos apresentam-se como fortes potencialidades para a utilização do terreno em questão como uma extensão qualificada do adro, capaz de servir de suporte à matriz durante e após as atividades da igreja.

#### 4.6 Caracterização dos atores e das demandas colocadas:

Para a implantação do projeto, os principais atores identificados são a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SMDUH), a Irmandade de Santa Efigênia e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

## 5. ESTABELECIMENTO DO PROGRAMA E DIRETRIZES

A demanda por mais áreas de estacionamento foi a principal solicitação repassada por membros da comunidade local e da Irmandade de Santa Efigênia à PMOP e, finalmente, ao Plus Ultra. No entanto, após a fundamentação bibliográfica e a realização dos diagnósticos iniciais, baseados em visitas a campo ao terreno, tem-se o seguinte questionamento: considerando-se a riqueza cultural da periferia local e o bem-estar da comunidade como um todo, seria a criação de mais vagas de estacionamento necessária e relevante o suficiente para ser adotada como finalidade única e absoluta do projeto?

O diagnóstico confirmou a escassez de espaços livres de uso público e, através da observação das dinâmicas locais e mapeamento das potencialidades, coopera com a iniciativa do grupo em propor uma intervenção que contemple parcialmente essa demanda, através da regulamentação de vagas locais.

Portanto, após o estabelecimento das teorias de fundamentação do projeto, da análise da legislação vigente e da caracterização urbanística e das dinâmicas do

entorno imediato do terreno, desenvolvemos as seguintes diretrizes para uma intervenção no Mirante de Santa. Efigênia:

#### DIRETRIZES GERAIS:

Criar uma ampliação funcional do adro da Matriz, conectando suas portas ao terreno, promovendo um redesenho da via para disciplinar a circulação viária, regulamentar estacionamento e ampliar o espaço destinado a pedestres e gerar um ambiente flexível, servindo, ao mesmo tempo, de ambiente de contemplação e sociabilização e de suporte à algumas atividades eventuais da igreja; e, no nível inferior, criar um salão paroquial para cerca de 80 pessoas.

#### DIRETRIZES ESPECÍFICAS:

##### 5.1 Diretrizes para a regulamentação de vagas de estacionamento:

- A. Realocar estrategicamente vagas de estacionamento;
- B. Criar vagas de estacionamento, se necessário sobre o mirante;

##### 5.2 Diretrizes para caminhabilidade e controle de acesso veicular ao terreno:

- A. Remover o holofote de iluminação alocado no centro do leito carroçável e propor diretrizes para uma iluminação satisfatória e mais contemporânea do entorno;
- B. Demolir o banco de pedra e parte do muro existente, e integrar os planos de acesso com o novo mirante, garantindo acessibilidade
- C. Conduzir ou, se necessário, proibir o acesso veicular ao terreno;
- D. Incentivar o uso compartilhado e seguro deste trecho da via por pedestres e veículos;

##### 5.3 Diretrizes para dinamização do acesso ao cemitério da Matriz de Santa. Efigênia:

- A. Propor uma conexão mais eficaz e segura entre a rua e o portão de acesso ao cemitério;
- B. Qualificar esse trecho com mobiliário de apoio e paisagismo;
- C. Criar vaga de estacionamento exclusiva de veículo funerário e propícia ao traslado dos caixões;

#### 5.4 Diretrizes de projeto arquitetônico e paisagístico:

- A. Criar um mirante qualificado que sirva de praça no cotidiano e área de eventos em ocasiões especiais, estudando a viabilidade de estender o seu uso a um eventual estacionamento;
- B. Criar, se possível, dentro dos parâmetros urbanísticos, um salão paroquial no andar inferior ao mirante.

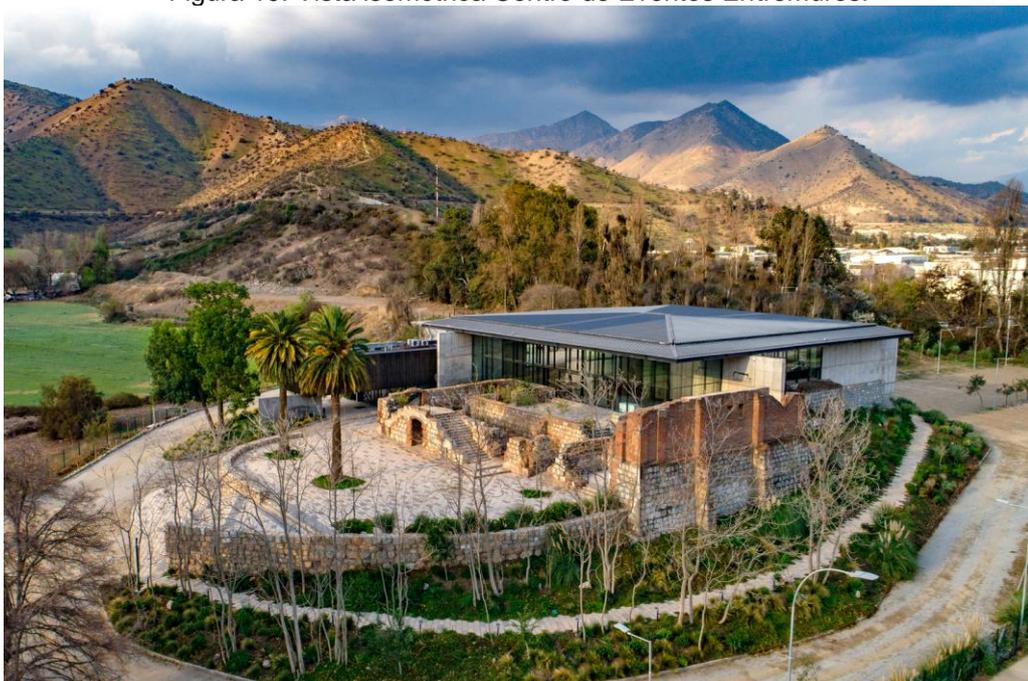
## 6. OBRAS ANÁLOGAS

Para o aprofundamento do programa e desenvolvimento do projeto, considerou-se de extrema importância a referência a obras análogas e casos de sucesso que possam nortear as futuras escolhas projetuais, dentre as quais selecionou-se:

### 6.1 Centro de eventos Entremuros / Triangular + Gonzalo de la Parra:

Localizado em Santiago, no Chile, o projeto se trata de um salão de eventos situado em com capacidade para acomodar até 1.000 pessoas (fig.19). A área em questão se tratava de um sítio arqueológico sobre o qual repousavam as ruínas de uma mansão do século XIX, potencial este amplamente explorado pela equipe de arquitetos (ARCHDAILY, 2020).

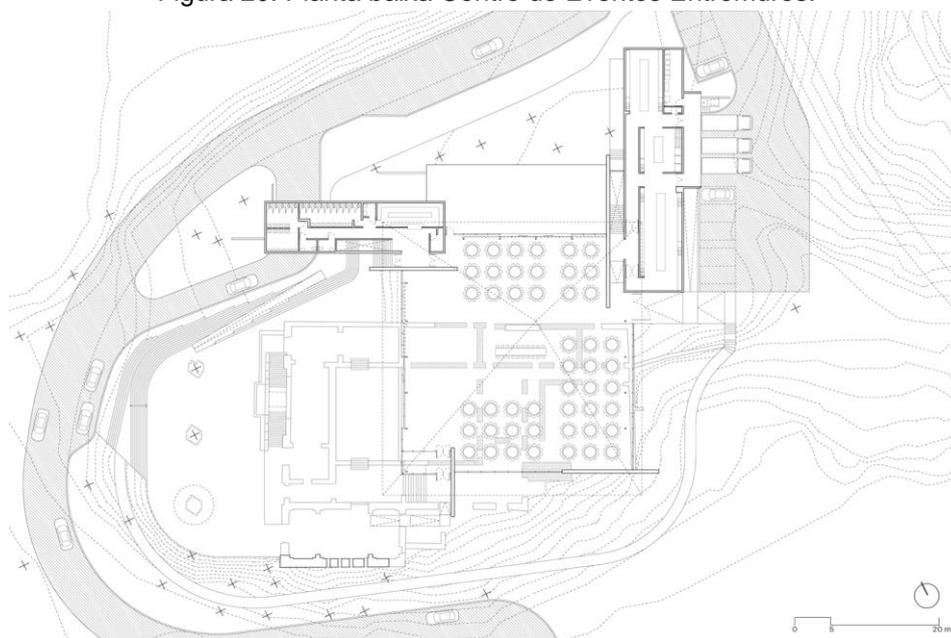
Figura 19: Vista isométrica Centro de Eventos Entremuros.



Fonte: Archdaily, 2023.

Entre paredes, pátios e esplanadas, o projeto se insere, delineando ambientes internos, prolongamentos e locais para coquetéis (fig. 20). Sua localização ocorre nas ruínas da residência (fig. 21), conferindo-lhe uma perspectiva privilegiada sobre a região e, concomitantemente, estabelecendo-se como um notável ponto de referência urbana, identificável pela comunidade local (ARCHDAILY, 2020).

Figura 20: Planta baixa Centro de Eventos Entremuros.



Fonte: Archdaily, 2023.

Figura 21: Vista lateral Centro de Eventos Entremuros.



Fonte: Archdaily, 2023.

Nesse sentido, a iniciativa almeja entrelaçar a arquitetura contemporânea com a restauração daquela de cunho patrimonial (fig. 22), a qual foi testemunha daquele

capítulo histórico no Chile. O intento primordial reside em estabelecer uma distinção definida entre as partes modernas e as que têm valor histórico, assegurando, simultaneamente, a harmoniosa incorporação dos elementos inovadores, em relação de respeito, quanto à proporção e à dimensão, junto às ruínas já existentes (ARCHDAILY, 2020).

Figura 22: Fachada Centro de Eventos Entremuros.



Fonte: Archdaily, 2023.

## 6.2 Salão de Festas sobre o lago / LIVRE arquitetura

Com apenas 200 m<sup>2</sup>, esse salão de festas se apresenta com um ambiente intimista e acolhedor, anexo a uma edificação existente e ideal para a realização de eventos de pequeno e médio porte. O espaço encontra-se situado dentro de um condomínio fechado na cidade de Belém - PA, circundando o perímetro de uma lagoa natural existente (fig. 23).

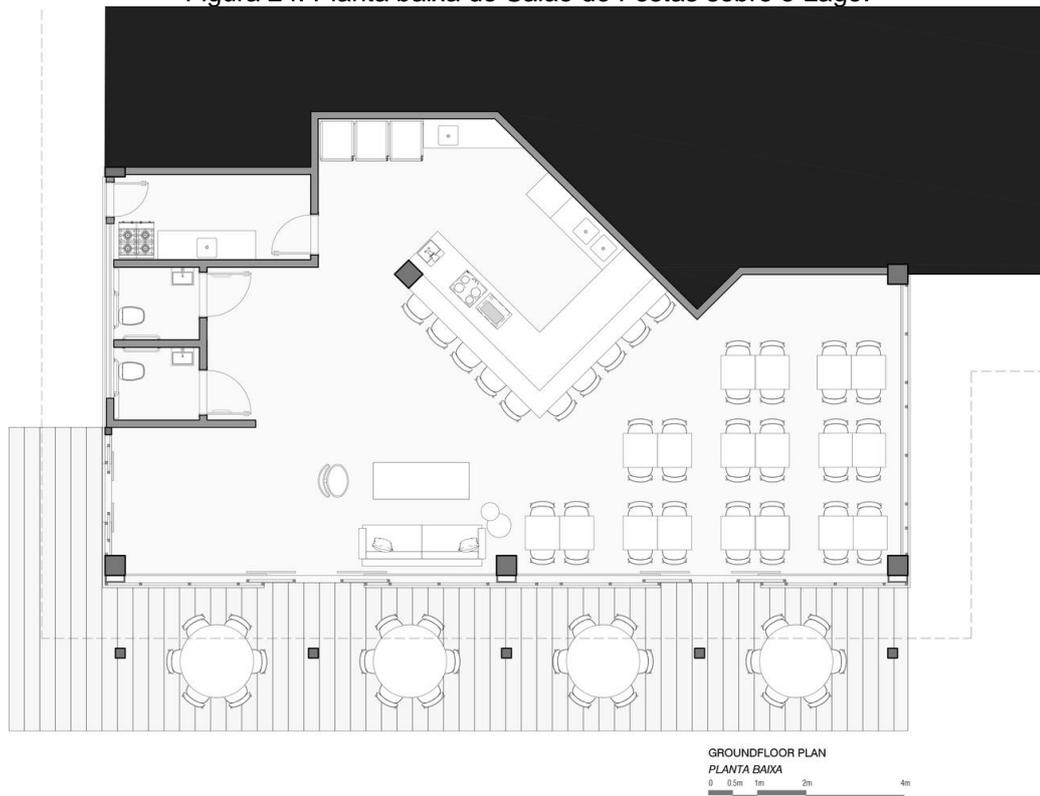
Figura 23: Vista lateral do Salão de Festas.



Fonte: Archdaily, 2023.

O projeto setoriza o volume principal em dois ambientes: um espaço exterior de varanda que se projeta sobre o lago e um espaço interno, com vidro e brises-soleil, permitindo a alocação de equipamentos de climatização e controle solar, proporcionando maior conforto térmico em uma região de clima amazônico (fig. 24) (ARCHDAILY, 2019).

Figura 24: Planta baixa do Salão de Festas sobre o Lago.



Fonte: Archdaily, 2023.

O projeto luminotécnico também adotou uma abordagem discreta, assegurando que a luz artificial não subtraia a centralidade do cenário envolvente. O projeto também contemplou a criação de um acesso e espaço contemplativo junto à área de água, enquanto a outra visou estabelecer um bosque com espécies nativas ao longo da rota principal de acesso. Essa rota foi concebida para oferecer uma série de surpresas sequenciais e interações multissensoriais, reforçando a ligação do usuário com o ambiente natural (fig. 25) (ARCHDAILY, 2019).

Figura 25: Vista externa do Salão de Festas sobre o Lago.



Fonte: Archdaily, 2023.

### 6.3 Salão de festas Dagostin / ES Arquitetura

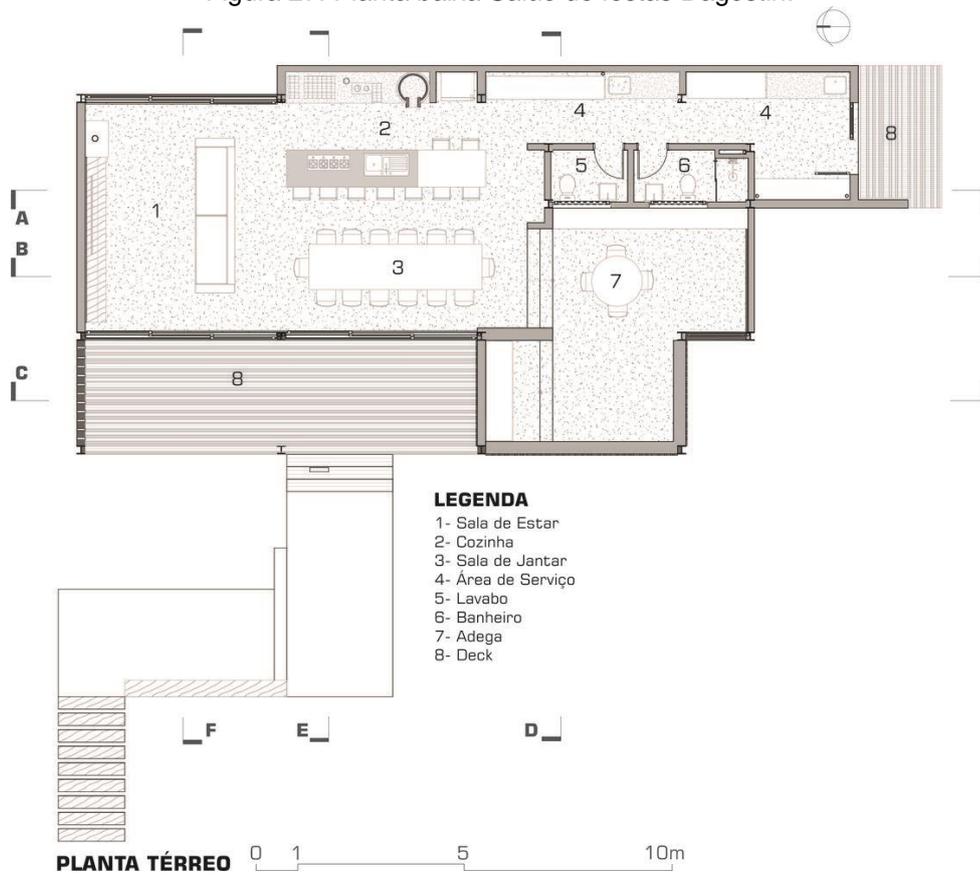
O Salão de Festas Dagostin foi concebido com a finalidade de servir como um ambiente destinado ao lazer e a encontros familiares, o ambiente funciona com um anexo residencial e possui cerca de 122 m<sup>2</sup> (fig. 26). Além disso, fundamentado em abordagens de ventilação e iluminação natural, o salão foi projetado para proporcionar conforto e qualidade para até 30 pessoas, alocadas na mesa de jantar, no sofá e na ilha da cozinha, criando, assim, um ambiente íntimo e casual (fig. 27) (ARCHDAILY, 2018).

Figura 26: Fachada Salão de festas Dagostin.



Fonte: Archdaily, 2023.

Figura 27: Planta baixa Salão de festas Dagostin.



Fonte: Archdaily, 2023.

Por sua vez, a reutilização do aço, da madeira, do concreto e do tijolo aparente atuam como referências à materialidade da residência, integrando os volumes (fig. 28) (ARCHDAILY, 2018).

Figura 28: Fachada Centro de Eventos Entremuros.



Fonte: Archdaily, 2023.

## 7. O MIRANTE DE SANTA EFIGÊNIA: APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO

O diagnóstico elaborado desempenhou um papel determinante para seleção e aplicação de abordagens arquitetônicas capazes de responder às demandas pré-estabelecidas, este compilado resulta na configuração atual do anteprojeto do Mirante de St. Efigênia.

Tal abordagem propõe uma interação harmoniosa entre a construção proposta e o ambiente circundante, resultando em benefícios significativos, como: integração com o entorno e com a identidade cultural e histórica; funcionalidade, utilização e aceitação comunitária, economia de recursos e segurança; e longevidade e valorização.

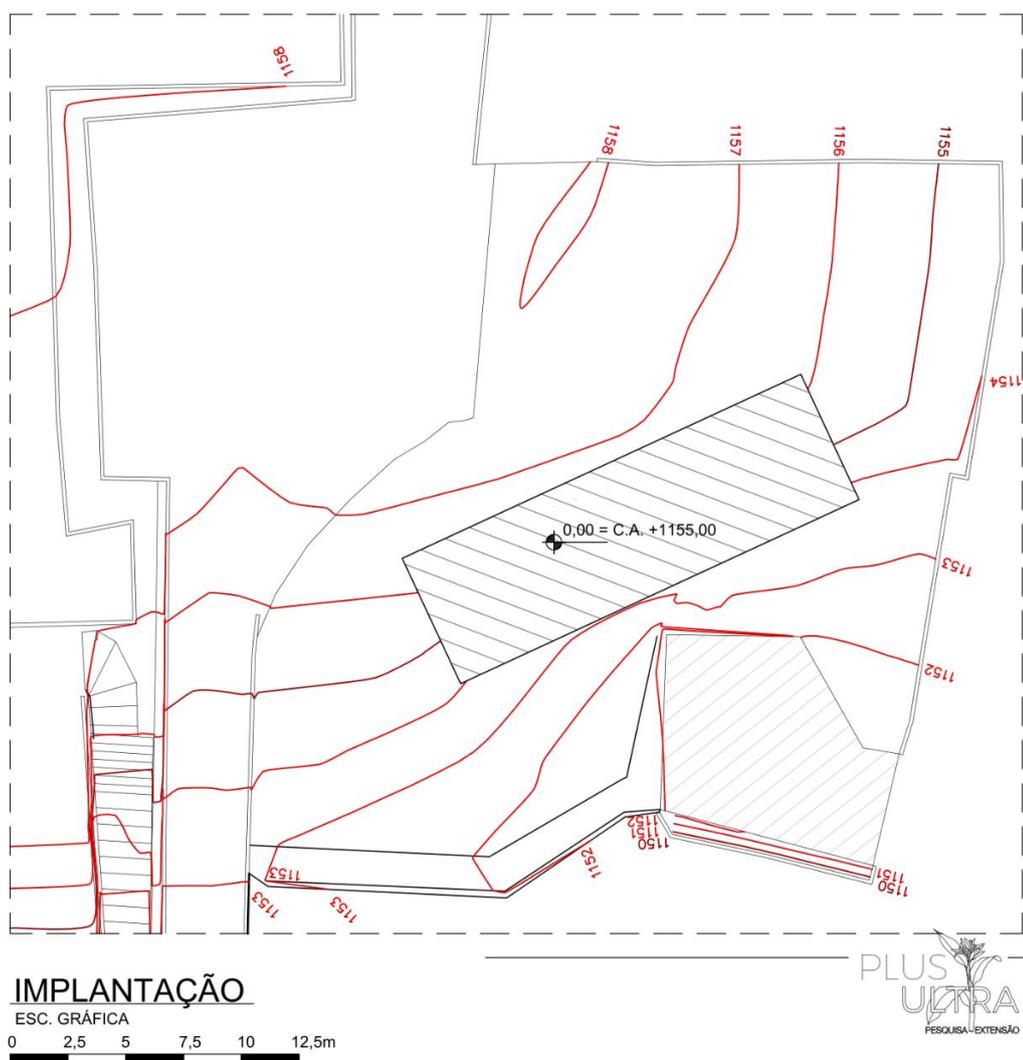
No entanto, é indispensável reforçar que, somente a partir do desenvolvimento do projeto, tornaram-se palpáveis as limitações provenientes da declividade acentuada do terreno. Tais limitações impactaram diretamente o cumprimento total do

programa desejado pela PMOP, e culminaram, ao fim, em alternativas projetuais pautadas no benefício da população em detrimento de usos privados.

### 7.1 Implantação da edificação:

A declividade do terreno proporcionou diferentes obstáculos ao projeto, dentre os principais pode-se citar a conciliação entre viabilidade econômica, movimentações de terra e garantia da estabilidade do entorno mediante intervenções. Desta forma, optou-se inicialmente por orientar a implantação da edificação seguindo as curvas de nível naturais do terreno (fig. 29).

Figura 29: Planta esquemática da implantação inicialmente desejada.

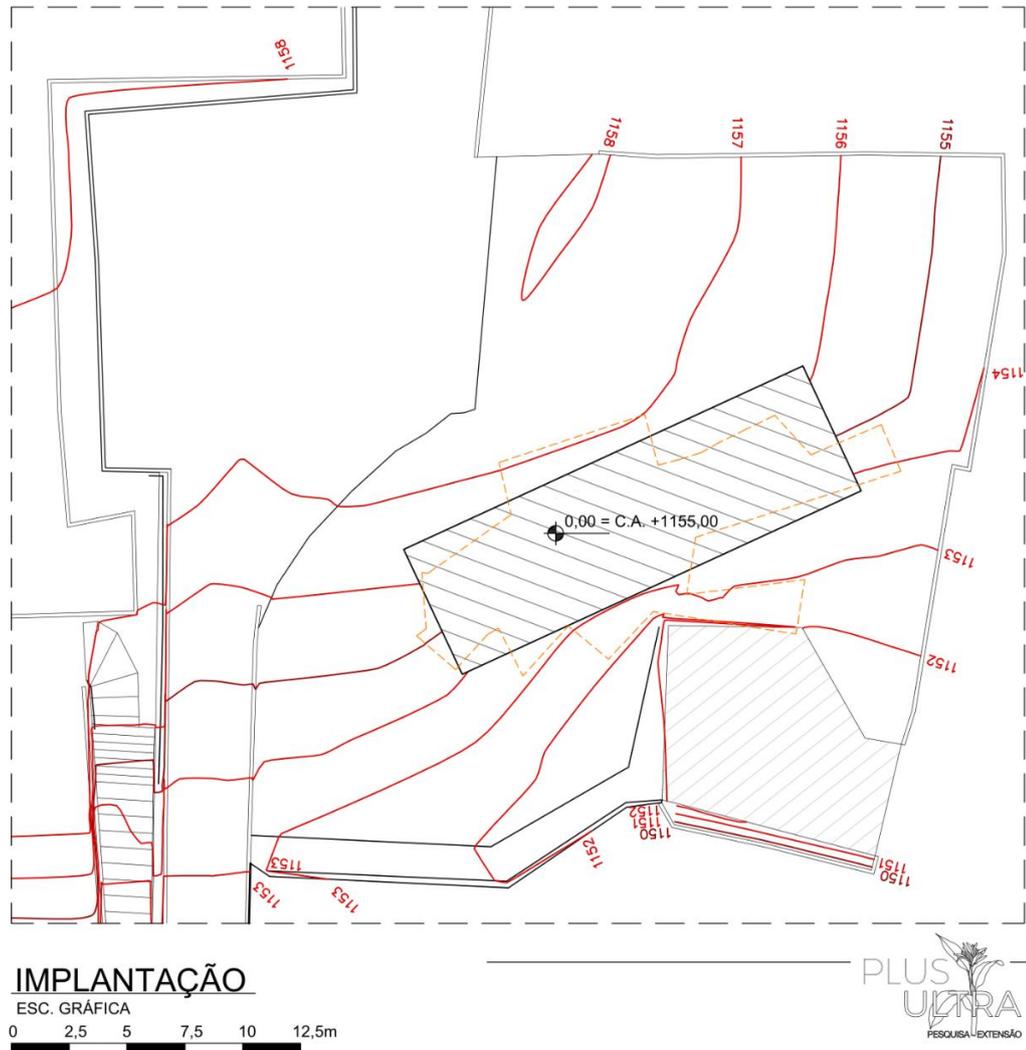


Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

Contudo, após estudo do Mapa de Declividades previamente realizado, observou-se que o perímetro em questão estava sob o status de Área de Preservação Permanente (tracejado em laranja, fig. 30), de acordo com as determinações da

legislação municipal vigente, impulsionando assim a busca por uma alternativa plausível de aprovação perante a PMOP e capaz de fornecer as dimensões necessárias para desenvolvimento do programa.

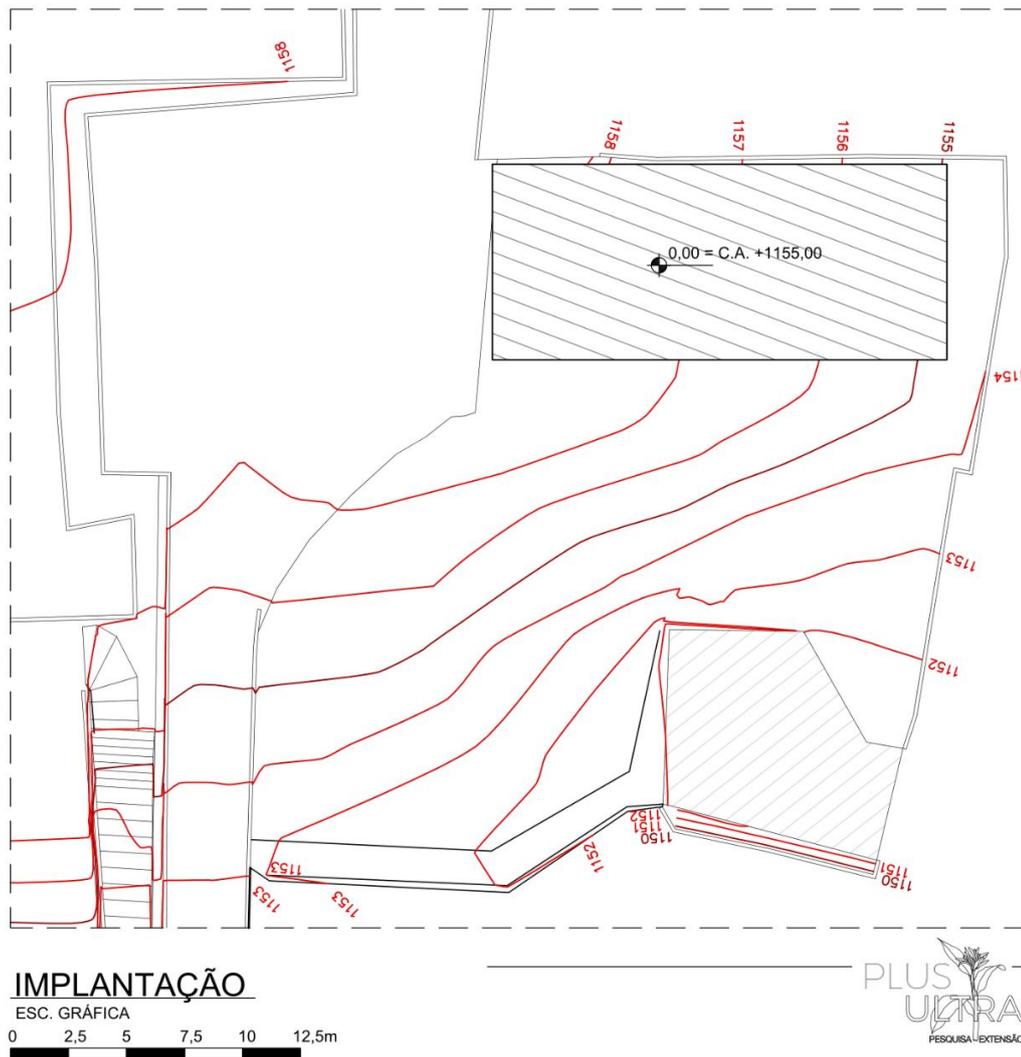
Figura 30: Incidência da APP sobre a implantação inicial.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

A estratégia adotada envolveu o posicionamento da edificação na extremidade do terreno, próximo à divisa com o lote vizinho que, apesar de perpendicular ao sentido das curvas de nível, mostrou-se apto a abrigar o programa desejado e ainda gerar, no andar inferior, maior área para recreação ao ar livre e integração da relação interno/externo do salão (fig. 31).

Figura 31: Planta esquemática da implantação escolhida para o projeto.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

É importante, no entanto, reforçar que a implantação abaixo do nível da rua torna o espaço suscetível a possíveis danos causados pela umidade, portanto, além de obedecer aos parâmetros mínimos de ventilação estabelecidos pela lei municipal, a edificação será afastada em 15 cm dos muros de arrimo criados, como medida mitigadora.

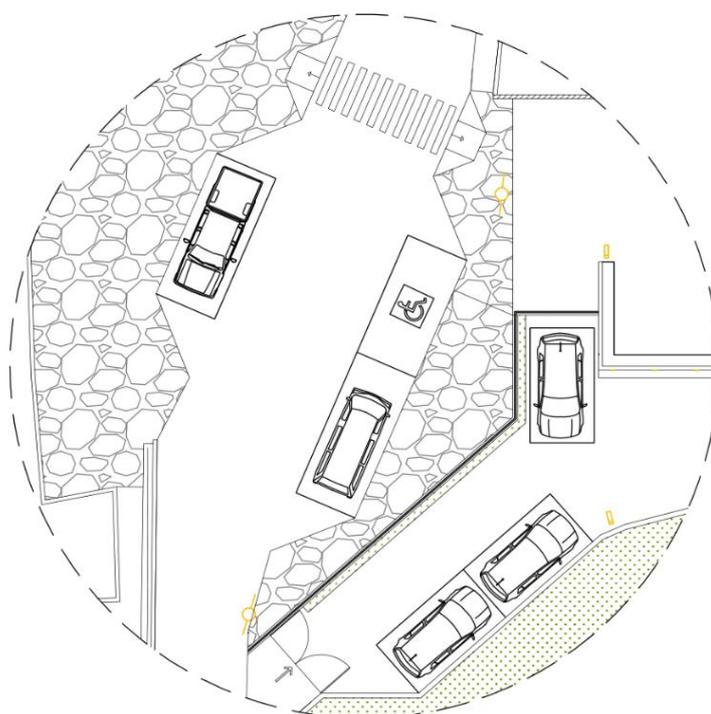
## 7.2 Intervenção Urbanística:

A criação de um estacionamento à disposição da Matriz de Santa Efigênia, dentro do perímetro do atual mirante, foi uma das primeiras demandas repassadas ao PlusUltra pelos representantes religiosos. Conforme citado pela diretriz 5.1 do trabalho, essas vagas estariam, inicialmente, alocadas sobre o deck do mirante, compartilhando espaço com a praça. No entanto, após estudos de layout realizados,

percebeu-se que o número de vagas criadas era baixo e incapaz de justificar projetualmente e economicamente os impactos gerados no funcionamento da praça e o reforço estrutural necessário para a segurança do empreendimento.

A partir dessa conclusão, o PlusUltra decidiu adotar uma nova estratégia, reorganizando os acessos do perímetro e alocando, no próprio leito carroçável, somente vagas imprescindíveis para a manutenção das dinâmicas do entorno (turísticas, serviços e PCD) e, dentro do terreno, uma vaga para carga e descarga e duas preferenciais (fig. 32).

Figura 32: Planta humanizada Mirante e entorno imediato.



### DIAGRAMA DE VAGAS

ESC. GRÁFICA

0 2,5 5 7,5 10 12,5m

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

Quanto às melhorias na caminhabilidade prescritas pela diretriz 5.2, o estreitamento da Rua do Cruzeiro adiante (cerca de 3,7 metros) impossibilitou a manutenção das duas faixas viárias e a criação de uma calçada que conectasse o mirante e as dependências da igreja às Ruas Santa Efigênia e Padre Faria. Portanto, prezou-se pela ampliação do passeio em todo o adro para que garantisse a segurança pedonal dos frequentadores locais e dos moradores que acessam a pé o bairro Santa Cruz. Substituiu-se também parte do muro existente por um guarda-corpo vazado, garantindo maior visibilidade para a paisagem do centro histórico.

Todavia, a substituição de parte do muro existente por um guarda-corpo vazado garante maior visibilidade aos transeuntes e, conseqüentemente, contribui para sua segurança. Por outro lado, o trabalho propõe a criação de uma calçada no sentido oposto, ao longo da Rua do Cruzeiro, em direção ao bairro Santa Cruz.

A qualificação e dinamização do acesso ao cemitério da igreja, como consta na diretriz 5.3, também foi contemplada durante o desenvolvimento do projeto, caracterizando-se, entretanto, como uma intervenção mais sutil, devido à proximidade imediata com a fachada lateral da matriz. Por este motivo, optou-se pela criação de uma pequena área de convivência, composta somente por um mobiliário urbano discreto: bancos em madeira e metal, lixeiras e vasos com árvores frutíferas para diminuir a aridez local e prover um pouco de sombreamento. Próxima ao portão principal de acesso ao cemitério, como estabelecido na diretriz, fica uma vaga de estacionamento específica para os veículos funerários, facilitando o traslado de caixões (fig. 33).

Figura 33: Planta humanizada nível superior do projeto.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

Embora as condições físicas do terreno tenham alterado o curso inicial do projeto e forçado o surgimento de novas estratégias e alternativas para o desdobramento do programa, percebe-se que ainda assim foi possível dinamizar e orientar a circulação veicular, criando áreas de permanência e circulação segura em todo o perímetro proposto. A vegetação utilizada contribui para a humanização e

qualificação dos espaços e, aliada ao mobiliário e equipamento urbano, garante uma permanência agradável em uma região antes árida (Ver Item 6.5).

### 7.3 O programa do salão paroquial:

O programa delineado especificamente para o salão paroquial, com o propósito de assegurar uma acomodação confortável e segura para seus futuros ocupantes, em plena conformidade com as restrições técnicas inerentes ao local, prescreve a disposição dos seguintes compartimentos: uma cozinha, um depósito de materiais de limpeza, três instalações sanitárias (uma para uso feminino, outra para uso masculino e uma terceira acessível a pessoas com mobilidade reduzida), um fraldário e um salão de festas com palco integrado.

A edificação permite a acomodação de 76 a 120 pessoas assentadas, variando de acordo com a disposição do layout e a utilização, ou não, das áreas externas.

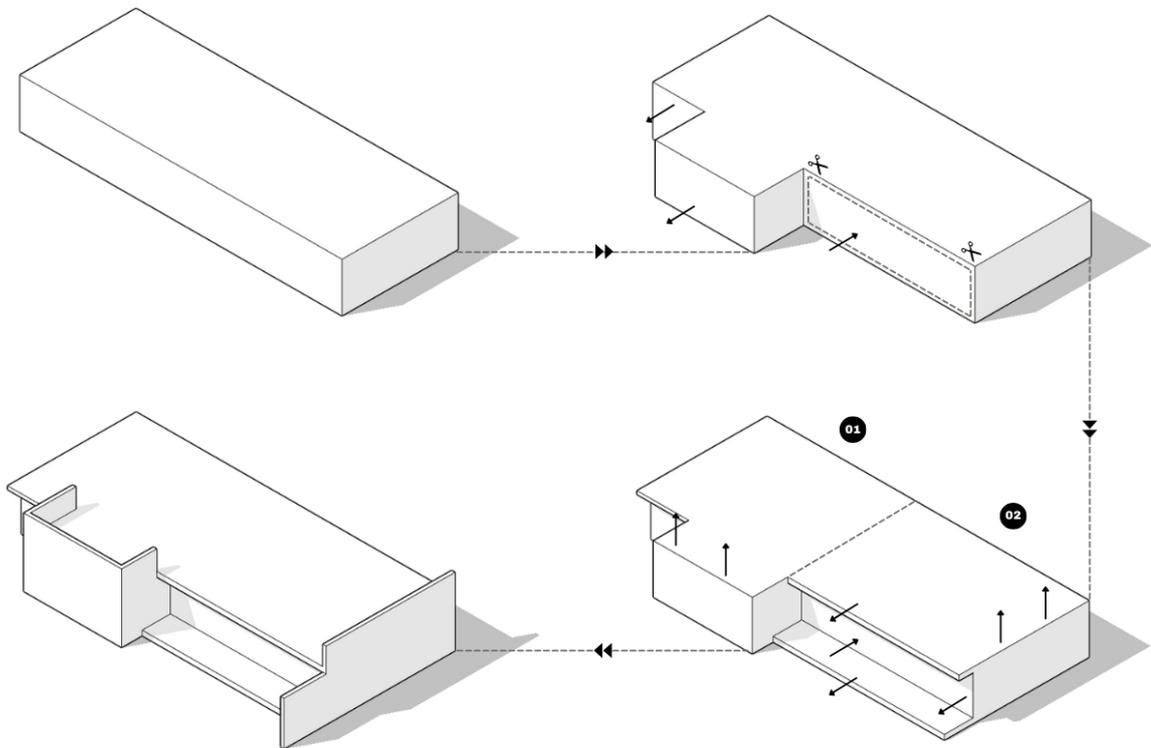
### 7.4 Composição volumétrica e humanização do espaço:

A composição e materialidade do volume emerge como um pilar fundamental, que estabelece a interação entre o edifício contemporâneo e o entorno histórico. Compreendendo a importância de se considerar o legado histórico, a evolução do projeto buscou nas teorias contemporâneas de restauro uma abordagem que visa a manutenção da integridade do cenário histórico, mas ao mesmo tempo permite a manifestação da linguagem arquitetônica atual.

Volumetricamente, a criação de recuos e recortes na edificação abre novas possibilidades de apropriação do espaço e afasta sutilmente a forma gerada da similaridade retangular estática e pesada (fig. 34). Além disso, a (des)continuidade de planos, assim usada, é capaz de ocultar ou realçar elementos a partir de uma lógica de funcionalidade, mas também de inserção na paisagem

Figura 34: Diagrama de evolução da volumetria.

EVOLUÇÃO DA FORMA



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

Contrária à simples mimetização do entorno histórico, a escolha pela utilização de elementos contemporâneos, aliados a referenciais simbólicos, materiais e rítmicos já consagrados se sobressai. Apesar de localizado na ZPE ouropretana, o projeto não se restringe à mera imitação estilística, mas busca uma simbiose entre o passado e o presente. Através da incorporação cuidadosa de elementos arquitetônicos modernos que dialogam com as características históricas, uma narrativa visual coesa baseada no ritmo e nas proporções do entorno se estabelece, enriquecendo-o sem comprometer sua identidade.

Estratégias para camuflar a edificação contemporânea no contexto histórico se destacam como um desafio criativo e técnico. A utilização de materiais que se harmonizam com as paletas de cores e texturas da área circundante, bem como a consideração meticulosa da escala e proporção, desempenham um papel crucial.

Por isso, os revestimentos escolhidos (fig. 35 e 36) foram cuidadosamente selecionados com o propósito de auxiliar na camuflagem a edificação na paisagem histórica, principalmente na vista a partir da região central, não concorrendo com o entorno. Dessa maneira, é possível criar um salão contemporâneo, com aberturas que

permitam uma interação funcional e visual com o exterior e uma relação entre o mirante (nível superior) e o pátio apropriado.

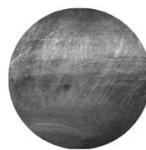
Figura 35: Perspectiva isométrica da volumetria.



Pedra



Madeira



Metal Preto



Vegetação

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

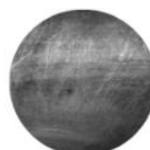
Figura 36: Fachada frontal da volumetria.



Pedra



Madeira



Metal Preto



Vegetação

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

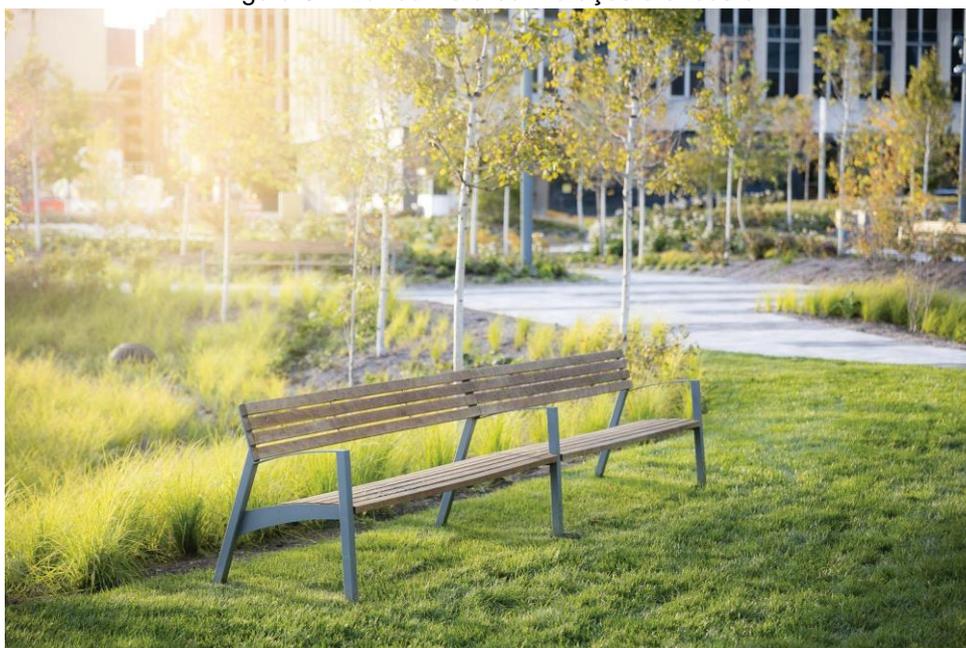
A organização espacial do mirante setoriza o espaço em dois ambientes distintos: um espaço destinado à permanência, equipado com mobiliário, e um deck livre. Essa organização viabiliza a flexibilidade de criação de agrupamentos de usos diversos, ajustando-se conforme a demanda, mediante a inclusão ou supressão do mobiliário, contribuindo, assim, para que o espaço possa funcionar como uma extensão do adro da igreja e abrigar ocasionalmente as festividades da igreja.

#### 7.5 Mobiliário e equipamento urbano:

O mobiliário selecionado para a implementação do projeto exibe um design contemporâneo e sóbrio. Este design harmoniza de forma eficaz com a paisagem histórica circundante, evitando qualquer discordância visual e cumprindo integralmente as regulamentações estabelecidas. Essa abordagem garante a prevenção de possíveis complexidades durante a fase de execução do projeto. O banco escolhido para ser empregado tanto no mirante quanto na lateral da igreja é o modelo "Vera", fabricado pela MMCité (fig. 37).

Esse banco é notável por sua estrutura que apresenta braços e encosto, visando proporcionar um maior conforto, especialmente para a população idosa. Quanto aos materiais, foram escolhidos acabamentos em metal preto fosco e madeira, conferindo ao mobiliário uma estética apurada e durável.

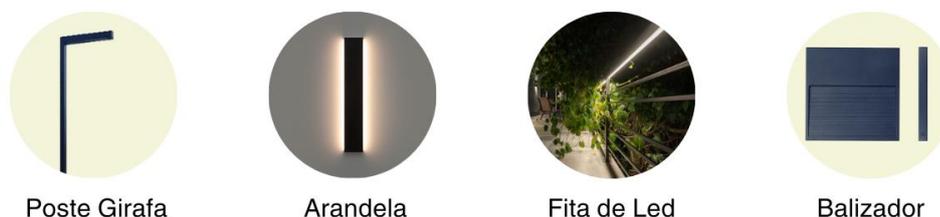
Figura 37: Banco Vera com braços e encosto.



Fonte: MMCité, 2023.

A implementação apropriada da iluminação no projeto revelou-se fundamental para garantir a utilização segura e confortável dos espaços, situados em uma região periférica. Para o mirante, optou-se pela inclusão de Postes Girafa com uma altura de 4 metros, estrategicamente posicionados sobre o deque. Adicionalmente, empregaram-se balizadores (modelo BIG NEU 2 da Stella) e tiras de LED, inseridos tanto no guarda-corpo quanto sob os assentos dos bancos de concreto. No tocante à iluminação externa do salão paroquial, a abordagem envolveu a utilização dos Postes Girafa já mencionados, complementados pelas arandelas Reflex, produzidas pela Stella, que apresentam uma altura de 72 centímetros e acabamento preto fosco (fig. 38).

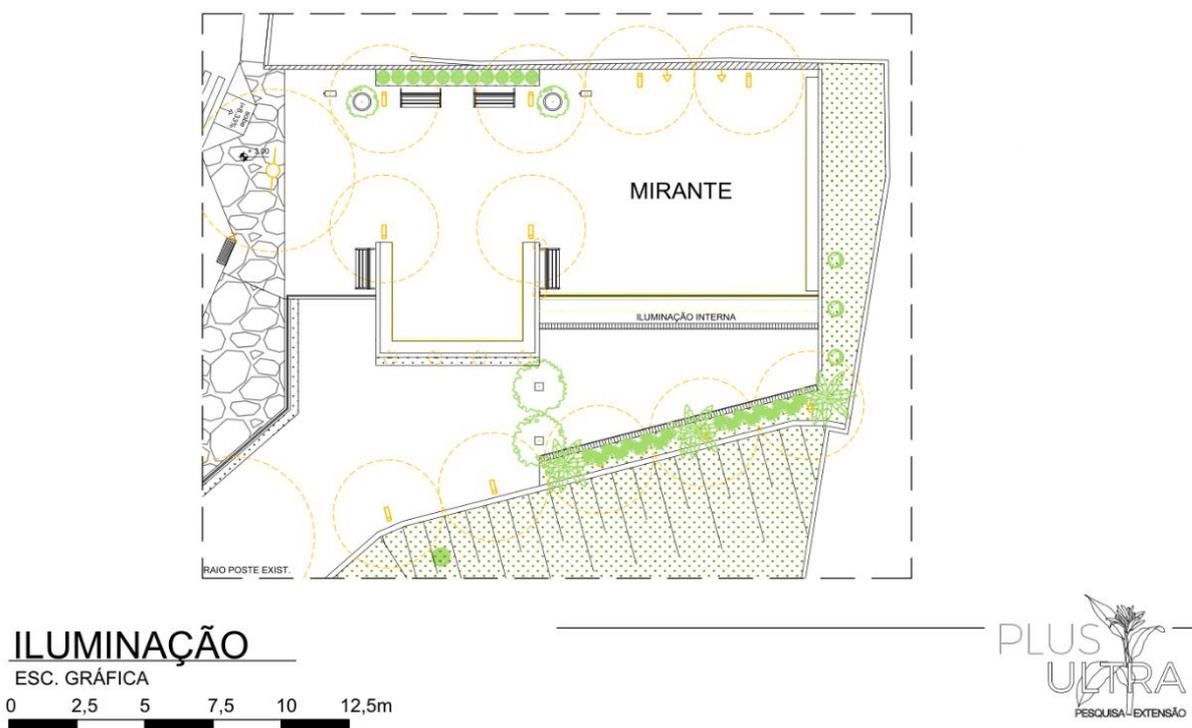
Figura 38: Elementos utilizados na iluminação do projeto.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

Em todo o conjunto, teve-se como intuito criar ambientes bem iluminados sem remover o protagonismo da Matriz de Santa Efigênia, por isso, escolheu-se uma iluminação sutil para os espaços, aproveitando os postes já existentes na infraestrutura da rua (fig. 39).

Figura 39: Estudos de raios de iluminação (ver planta luminotécnico em anexo).



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

## 7.6 Paisagismo:

O aspecto paisagístico detém uma significância de extrema importância na composição do projeto. A seleção das espécies empregadas (fig. 40) se baseou em critérios que abordaram a harmonização visual e a viabilidade do manejo das mesmas ao longo do tempo. No mirante, trepadeiras unha-de-gato revestem o muro criado na extremidade do terreno, como uma estratégia de humanização dessa empena cega que combate também a aridez local, enquanto o maciço de Fórmio e os pés de limão-siciliano, plantados em vasos, completam a composição da área, auxiliando no fechamento de planos e na separação funcional das duas subáreas do mirante.

A estratégia de repetição das espécies foi utilizada para integrar o mirante e a área de permanência na lateral da igreja, exceto pela presença da Moreia-Branca no acesso direto ao cemitério, ao lado dos portões. Na área externa do salão paroquial, utilizaram-se maciços de Falso-Íris e Guaimbê, além da Unha-de-gato nos muros de pedra, capazes de oferecer um sombreamento parcial das áreas assentadas nos horários em que a projeção da edificação não o faça.

Figura 40: Espécies utilizadas no paisagismo do projeto.



Limão Siciliano



Fórmio



Unha-de-gato



Morêia Branca



Falso-Íris



Guaimbê

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

## 8. IMAGENS 3D E ESTUDOS DE IMPACTAÇÃO NA PAISAGEM TOMBADA

A utilização da modelagem tridimensional assume um papel integral na compreensão de um projeto arquitetônico, exercendo uma influência significativa na clareza da transmissão de informações tanto para clientes quanto para aqueles sem experiência na área. Neste caso específico, a renderização do projeto do Mirante de Santa Efigênia estende seus objetivos à análise, extremamente importante, do impacto na paisagem causado pela construção de uma edificação contemporânea no coração do núcleo histórico ouropretano.

Acentua-se, neste contexto, a condição de destaque conferida à Matriz de Santa Efigênia, situada no topo da ladeira que carrega seu nome e visível a partir de diversos pontos da cidade. Conseqüentemente, a necessidade de que a nova edificação harmonize perfeitamente com seu entorno, evitando qualquer interferência prejudicial.

Figura 41: Foto-inserção na paisagem.



Fonte: Gonçalves (2022) alterada pelo PlusUltra, 2023.

A foto-inserção acima (fig. 41), elaborada pelo Grupo de Extensão PlusUltra, prevê o impacto gerado na paisagem com a implantação da edificação, seguindo as especificações e revestimentos do projeto. Percebe-se que o muro de pedra oculta o caráter contemporâneo da edificação da visão do centro histórico, fazendo com que o conjunto arquitetônico se assemelhe a ruínas de pedra dentro da paisagem.

Com o auxílio de demais imagens, podemos perceber o impacto local no Alto da Cruz causado pelo projeto e a vista da cidade a partir do novo mirante. A plataforma, agora, além de oferecer uma vista panorâmica do centro histórico de Ouro Preto, também propicia a utilização do espaço para novas atividades que englobam turistas e locais (fig. 42 e 43).

Figura 42: Vista do novo Mirante.



Fonte: Grupo de Pesquisa e Extensão PlusUltra, 2023.

Figura 43: Vista do centro histórico a partir do novo Mirante.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023.

A área de permanência ao lado da igreja, como dito anteriormente, precisava causar o mínimo de impacto possível devido à proximidade direta com a fachada da Matriz de Santa Efigênia. Na figura 44 abaixo, nota-se o efeito alcançado pela intervenção que criou uma área de extensão do mirante, também com uma vista privilegiada, onde os fiéis, por exemplo, podem se reunir antes ou depois das missas.

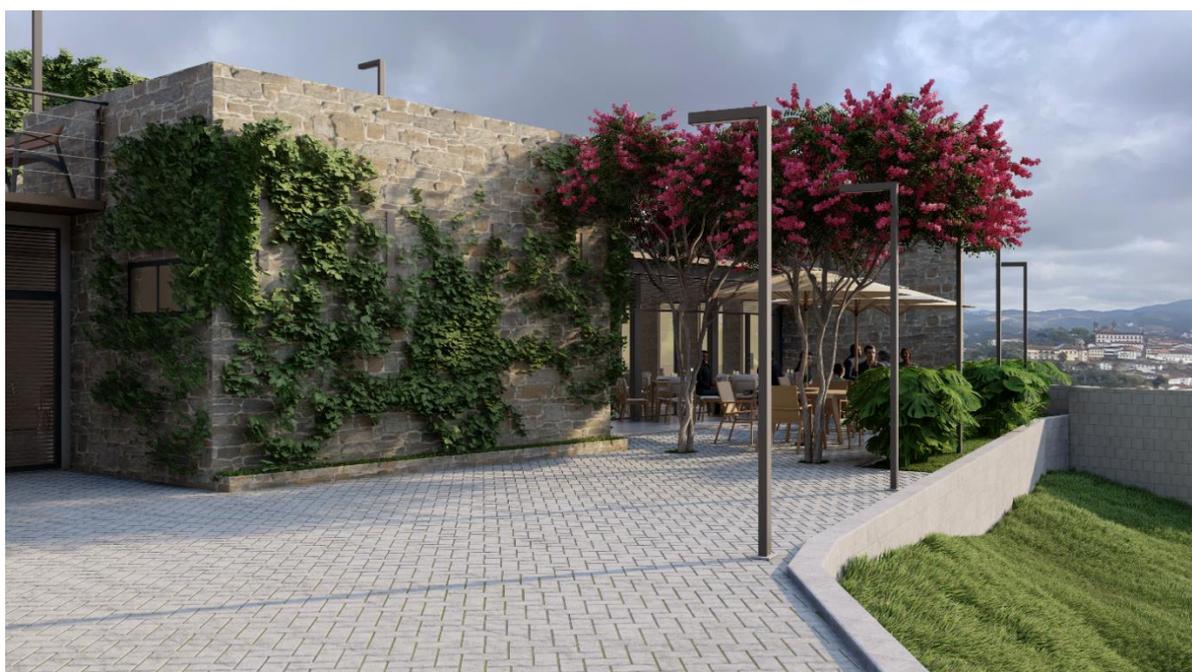
Figura 44: Área de permanência do lado da matriz.



Fonte: Grupo de Pesquisa e Extensão PlusUltra, 2023.

Por fim, a integração com a área externa do salão paroquial foi fundamental para mitigar a sensação de enclausuramento, que poderia ter sido gerada pelo aterramento da edificação no solo e pelo plano horizontal que cobre a visão do interior do terreno. Como visto na figura 45 abaixo, a associação do paisagismo e da materialidade dos revestimentos criou um espaço acolhedor e humanizado, capaz de abrigar os eventos realizados pelos membros da paróquia.

Figura 45: Vista do salão paroquial.



Fonte: Grupo de Pesquisa e Extensão PlusUltra, 2023.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a discussão do trabalho, torna-se evidente o papel que os espaços livres de uso público desempenham dentro dos centros urbanos, atuando como instrumentos simbólicos de equidade social, de formação e perpetuação de memória, além de contribuírem para a vitalidade dos espaços e para a qualidade à vida urbana, no geral.

A escassez de espaços públicos em áreas periféricas é uma problemática comum às cidades brasileiras, mesmo aquelas inseridas em sítios históricos com visibilidade mundial, como é o caso Ouro Preto, MG. A demanda por esses espaços em comunidades pericentrais é real e, embora suas dinâmicas e usos espelhem certa imutabilidade se comparadas às áreas centrais, essas áreas merecem e devem receber uma resposta do poder público local.

Através da análise da legislação vigente, percebe-se que, embora existam certas restrições, existe um incentivo à intervenções que respondam às necessidades de uma sociedade contemporânea, em transformação, alocada em um sítio histórico preservado. As intervenções em centros históricos foram alvo de diversas discussões ao longo dos séculos XIX e XX, e na contemporaneidade, apresentam um caráter de equilíbrio entre a preservação do histórico e resposta às necessidades de novas gerações.

Apesar das limitações impostas pela legislação e pela topografia, o projeto provou-se capaz de conciliar as demandas de diferentes atores e oferecer, a diferentes esferas da sociedade, um espaço qualificado para sociabilização e manutenção da cultura.

Ancorada sobre este discurso, a proposta apresentada prova que, de acordo das teorias contemporâneas de restauro e conservação, é possível criar, dentro de núcleos históricos, novos espaços que respondam às demandas da sociedade atual, sem precisar recorrer a estratégias de mimetização do passado, mas criando pontos de equilíbrio e harmonia entre o que já passou e o que está por vir.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Alice V. **Espaços livres de uso público em Ouro Preto (MG):** heranças históricas, desafios contemporâneos. 2018. 707p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-BAAJTC>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 312 de 20 de outubro de 2010**, que Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nesta área protegida em nível federal. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_312\\_de\\_20\\_de\\_outubro\\_de\\_2010.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_312_de_20_de_outubro_de_2010.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CUNHA, C. dos R. e. Alois Riegl e "O culto moderno dos monumentos" . **Revista CPC**, [S. l.], n. 2, p. 6-16, 2006. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i2p6-16. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15586>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

GATTI, Simone. **Espaços Públicos: Diagnóstico e metodologia de projeto.** São Paulo: Associação Brasileira de Cimento Portland, 2013. p. 91. ISBN 978-85-87024-66-4.

OLIVEIRA, Leandro; SOBREIRA, Frederico. **Crescimento Urbano de Ouro Preto - MG 1950 e 2004 e Atuais Tendências.** Revista Brasileira de Cartografia, Rio de Janeiro, Nº 67/4, p. 867-876. Jul/Ago/2015.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº 178 de 21 de novembro de 1980**, que institui o Código de Posturas de Ouro Preto. Disponível em: <[http://189.90.245.99/arquivos/sisnorm/NJ\\_txt\(3049\).html](http://189.90.245.99/arquivos/sisnorm/NJ_txt(3049).html)>. Acesso em: 15 jan. 2023.

OURO PRETO. **Lei Municipal Complementar nº 93 de 20 de janeiro de 2011**, que estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Disponível em: <[https://ouopreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus\\_areas/lei-complementar-93-parcelamento-uso-e-ocupa-o-do-solo.pdf?dc=9433#:~:text=Art.,Plano%20Diretor%20de%20Ouro%20Preto.](https://ouopreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus_areas/lei-complementar-93-parcelamento-uso-e-ocupa-o-do-solo.pdf?dc=9433#:~:text=Art.,Plano%20Diretor%20de%20Ouro%20Preto.)>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: Paisagem em Transformação.** 2010. 197 p. Dissertação. (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

UNESCO (2011). **Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana.** Paris: UNESCO.

UNESCO (2016). **The HUL Guidebook**: Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments: A practical guide to UNESCO's Recommendation on the Historic Urban Landscape. Áustria: UNESCO.

UN-HABITAT. **Global Public Space Toolkit**: From Global Principles to Local Policies and Practice. 2015. 124 p.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**: formação e desenvolvimento - residências. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2011. 214 p.

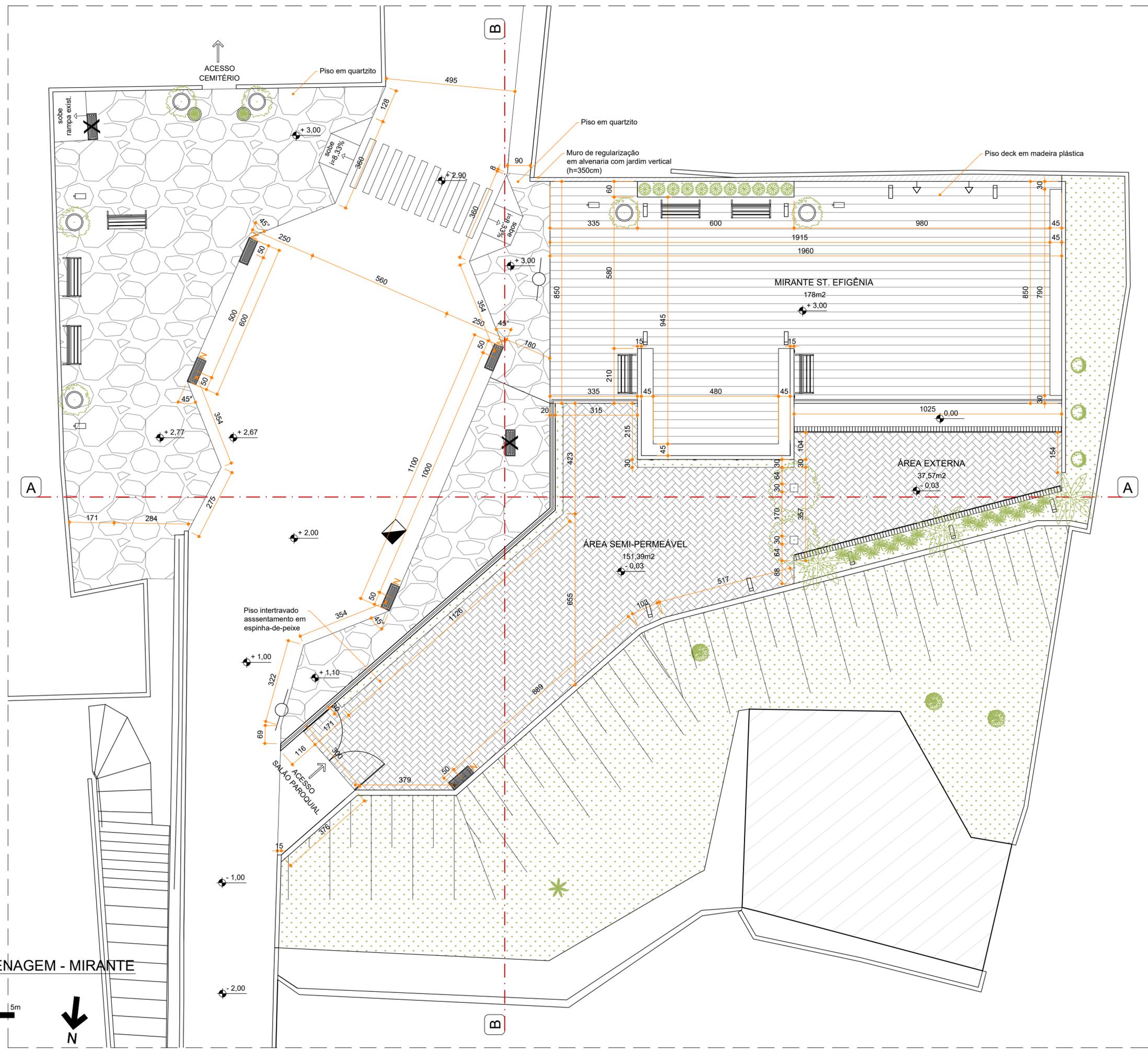
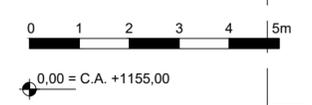
VELOSO, Tércio. **Terrenos Urbanos**: os aforamentos da sesmaria da câmara de Vila Rica e a sociedade mineira setecentista (1711-1809). 2018. 390 p. Tese. (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

VIANA, Alice. **Funções dos Espaços Públicos na Cidade Contemporânea**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 25, n. 37, p. 84, 7 jun. 2019.

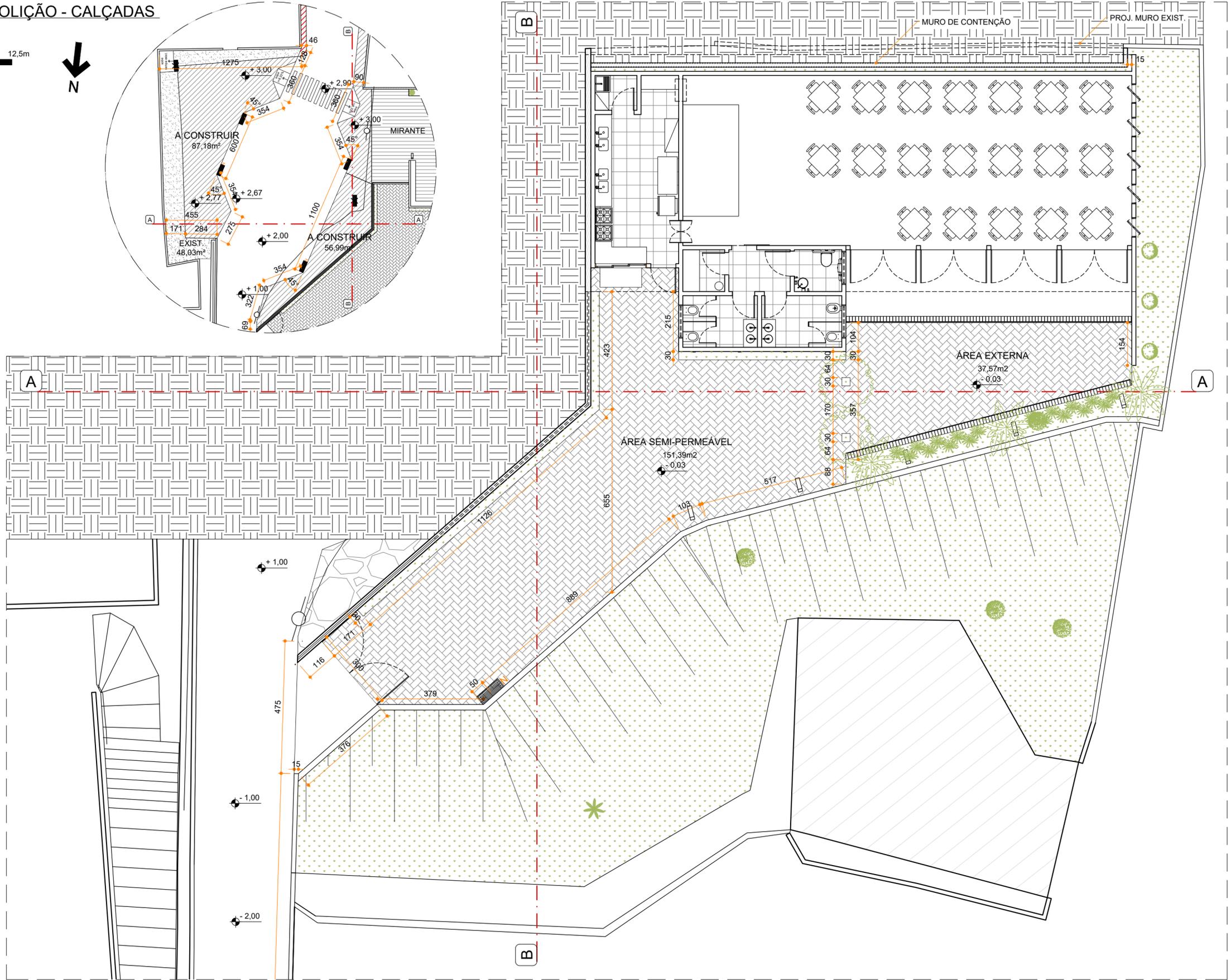
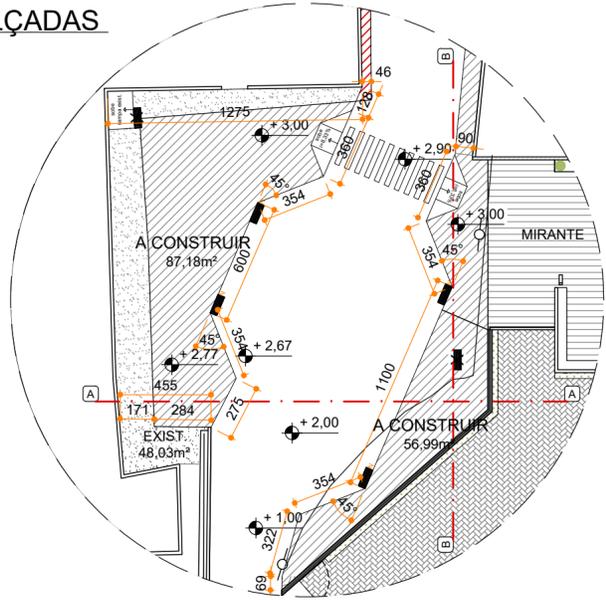
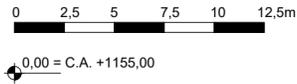
VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary theory of conservation**. Logroño: Universidad de La Rioja, 2002.

## APÊNDICE A: ANTEPROJETO

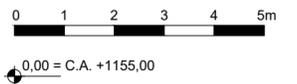
**1 PISOS E DRENAGEM - MIRANTE**  
**12** ESC: 1/100



**2** CONST. DEMOLIÇÃO - CALÇADAS  
**12** ESC: 1/250

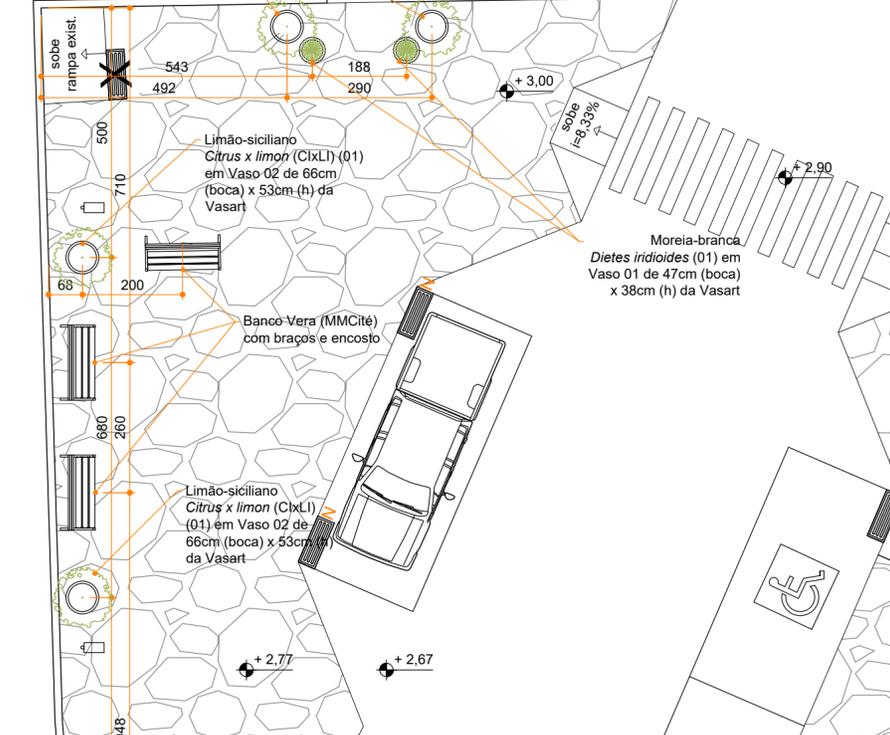


**3** PISOS E DRENAGEM - SALÃO  
**12** ESC: 1/100



Limão-siciliano  
*Citrus x limon* (CixLI) (01)  
em Vaso 02 de 66cm  
(boca) x 53cm (h)  
da Vasart

ACESSO  
CEMITÉRIO



Limão-siciliano  
*Citrus x limon* (CixLI) (01)  
em Vaso 02 de 66cm  
(boca) x 53cm (h)  
da Vasart

Banco Vera (MMCité)  
com braços e encosto

Limão-siciliano  
*Citrus x limon* (CixLI)  
(01) em Vaso 02 de  
66cm (boca) x 53cm (h)  
da Vasart

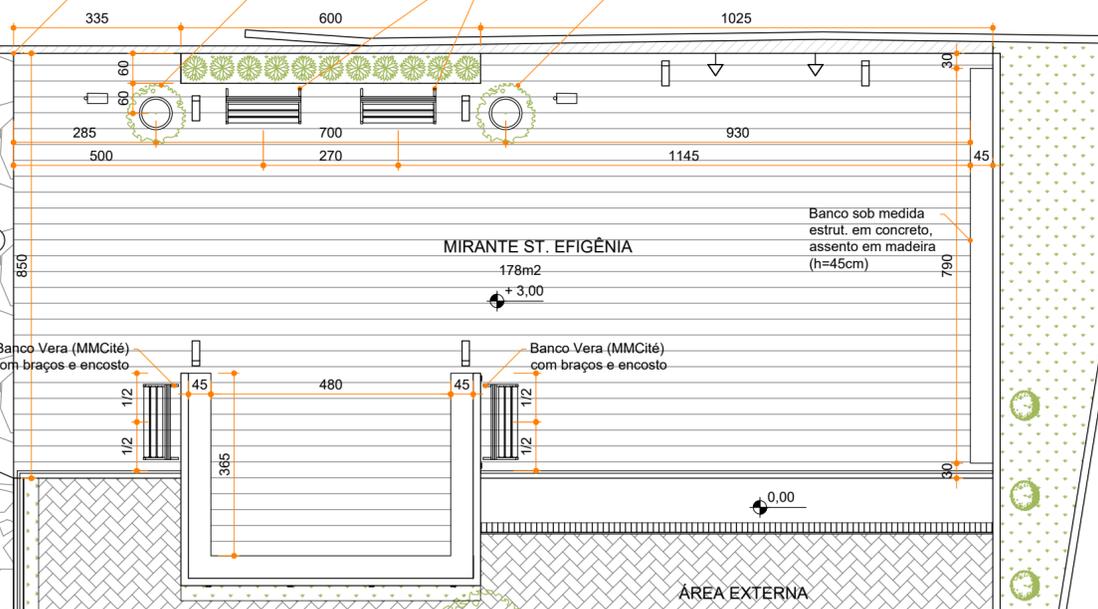
Moreia-branca  
*Diets iridioides* (01) em  
Vaso 01 de 47cm (boca)  
x 38cm (h) da Vasart

Muro em alvenaria revestida  
por trepadeira Unha-de-gato

Limão-siciliano *Citrus x limon*  
(CixLI) (01) em Vaso 02 de  
66cm (boca) x 53cm (h)  
da Vasart

Banco Vera (MMCité)  
com braços e encosto

Limão-siciliano *Citrus x limon*  
(CixLI) (01) em Vaso 02 de  
66cm (boca) x 53cm (h)  
da Vasart



MIRANTE ST. EFIGÊNIA

Banco sob medida  
estrut. em concreto,  
assento em madeira  
(h=45cm)

Banco Vera (MMCité)  
com braços e encosto

Banco Vera (MMCité)  
com braços e encosto

ÁREA EXTERNA  
37,57m<sup>2</sup>  
0,03

ÁREA SEMI-PERMEÁVEL  
151,39m<sup>2</sup>  
-0,03

ACESSO  
SALA PAROQUIAL

4 MOB. PAISAGISMO - MIRANTE

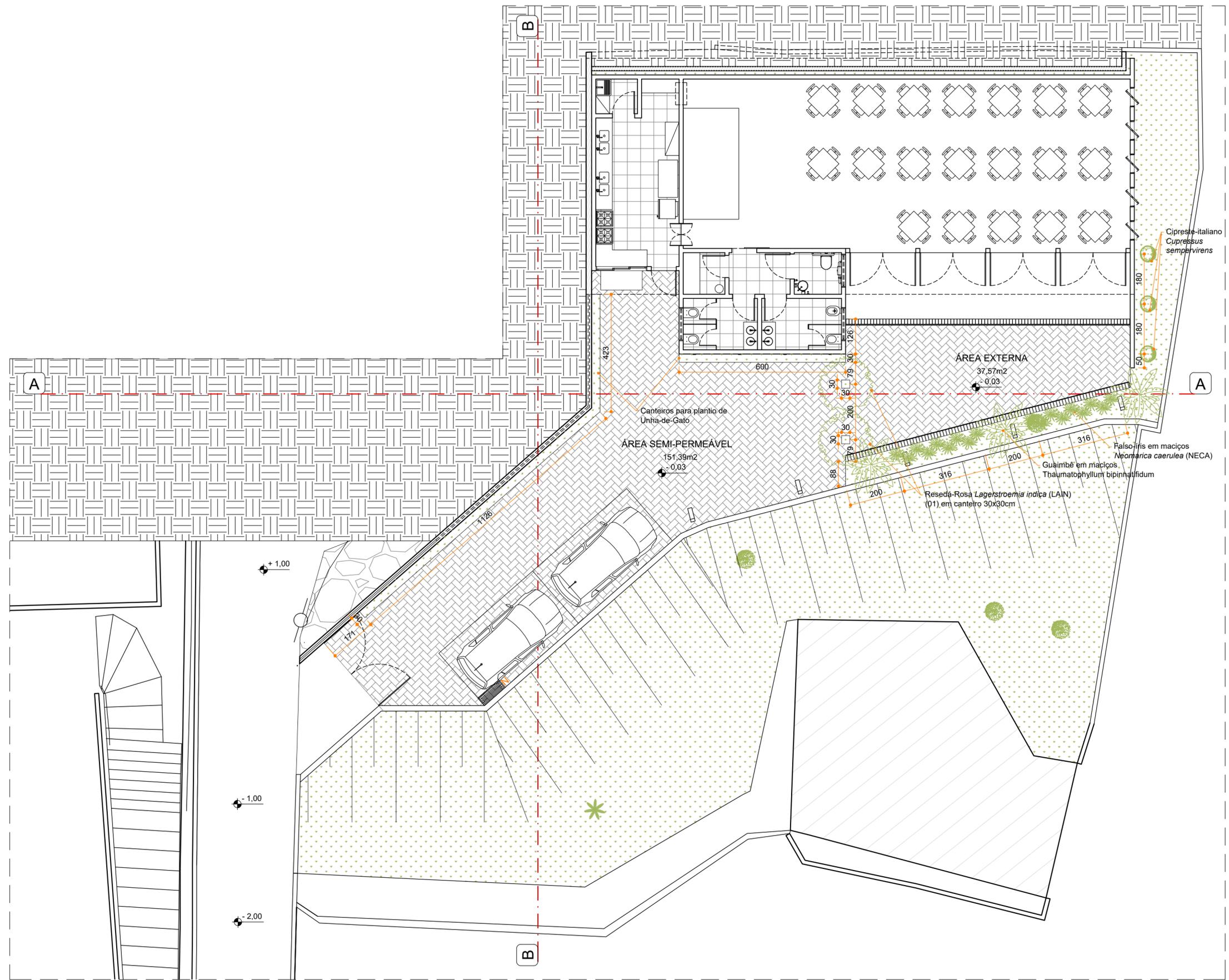
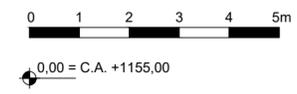
12 ESC: 1/100



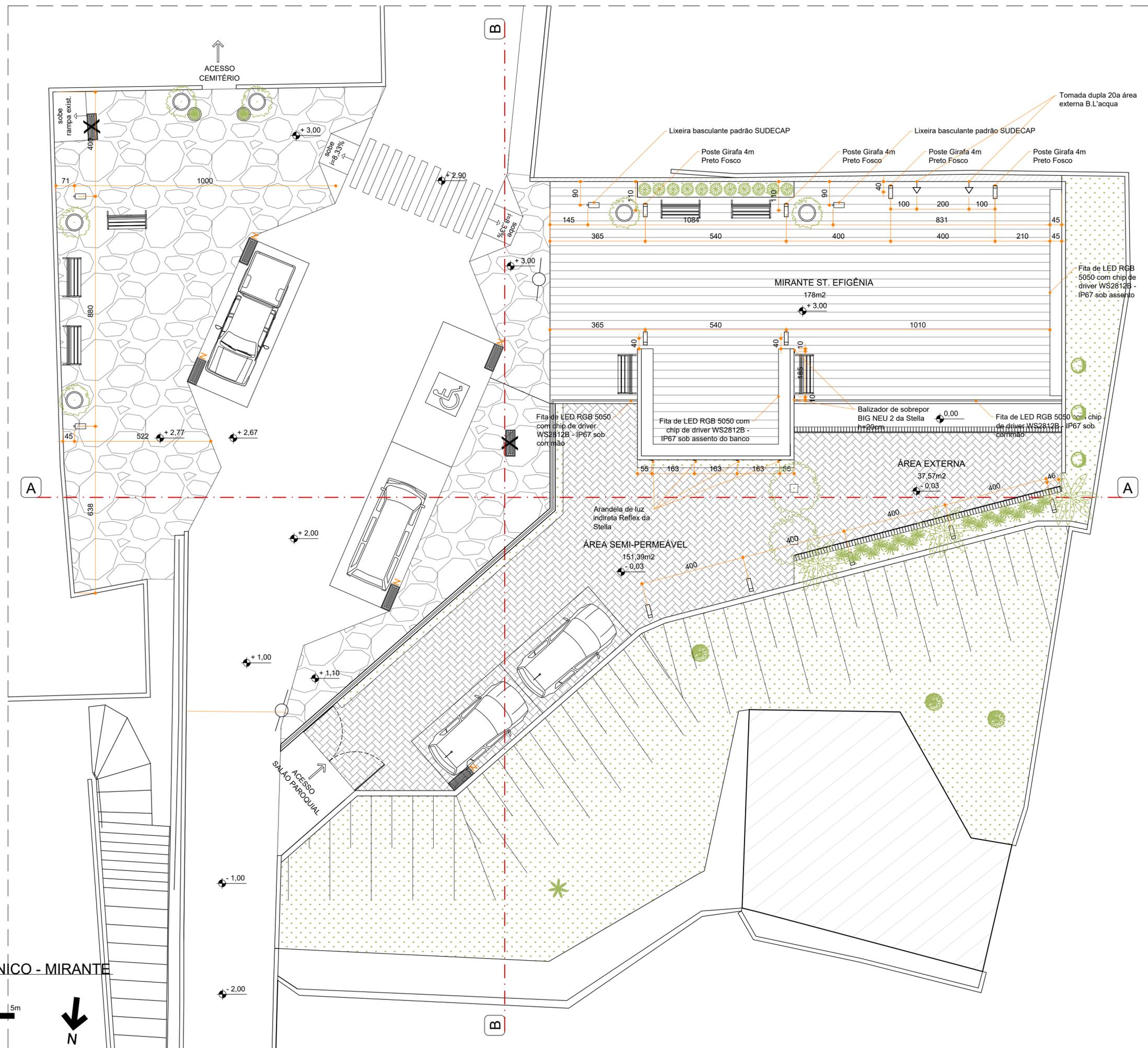
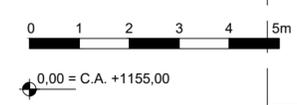
0,00 = C.A. +1155,00



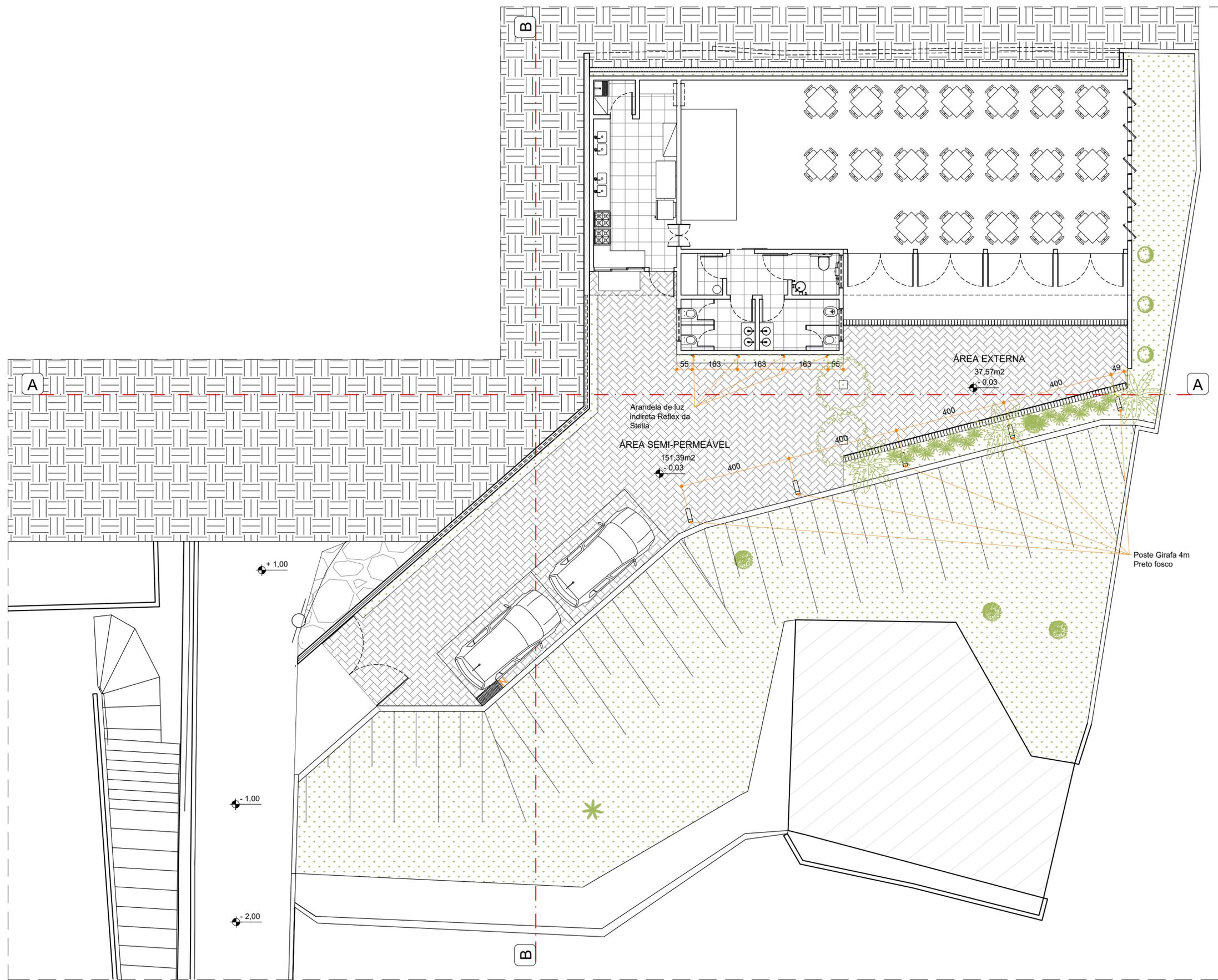
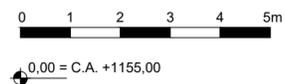
5 MOB. PAISAGISMO - SALÃO  
12 ESC: 1/100

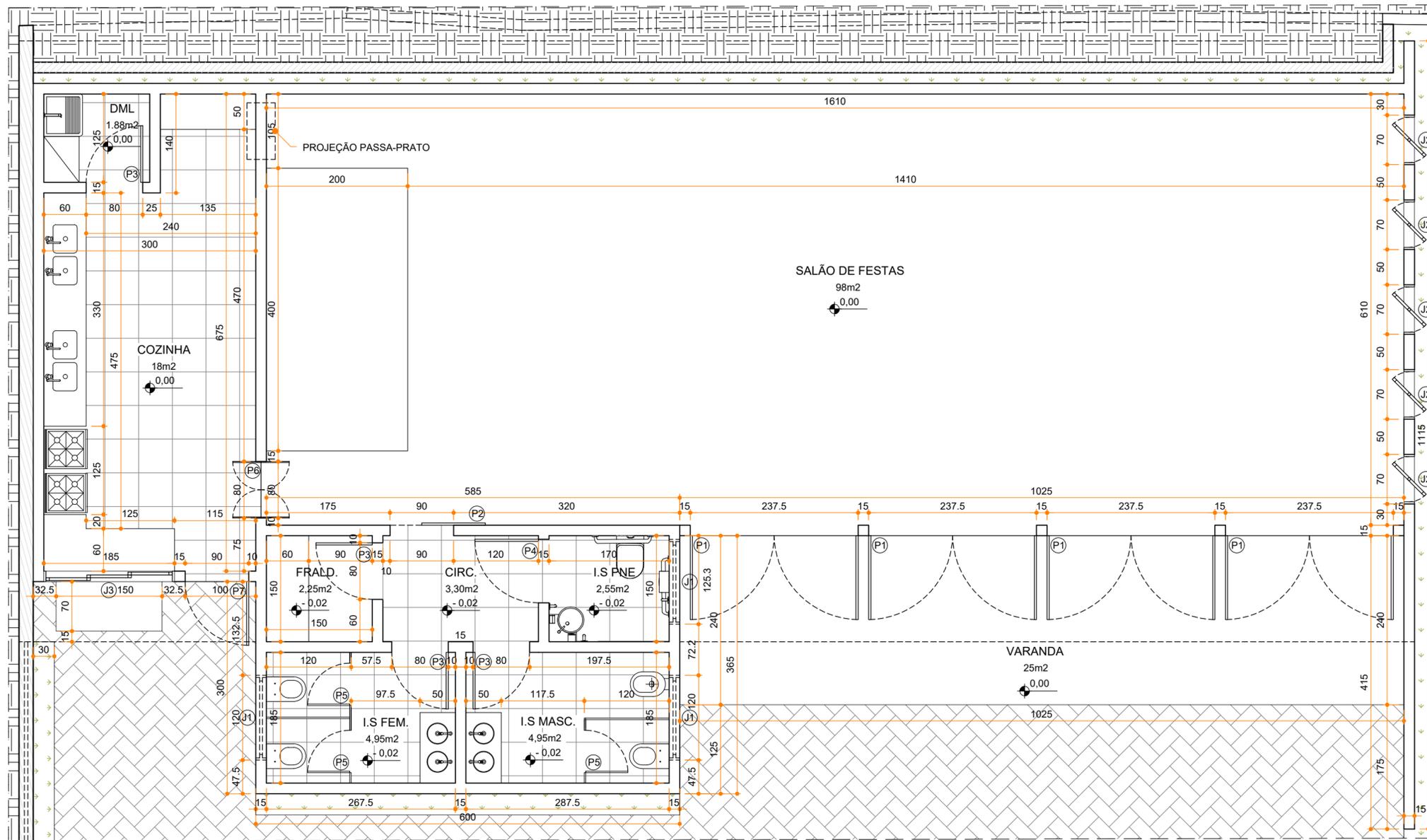


**6** LUMINOTÉCNICO - MIRANTE  
**12** ESC: 1/100

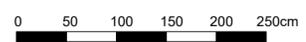


7 LUMINOTÉCNICO - SALÃO  
12 ESC: 1/100



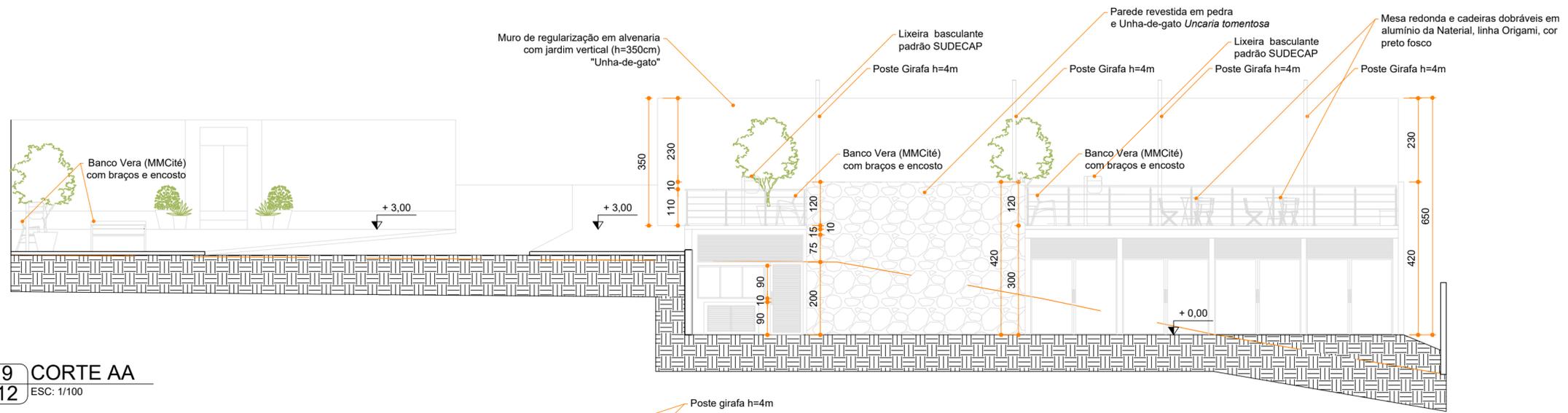


**8** PLANTA BAIXA SALÃO  
**12** ESC: 1/50



0,00 = C.A. +1155,00



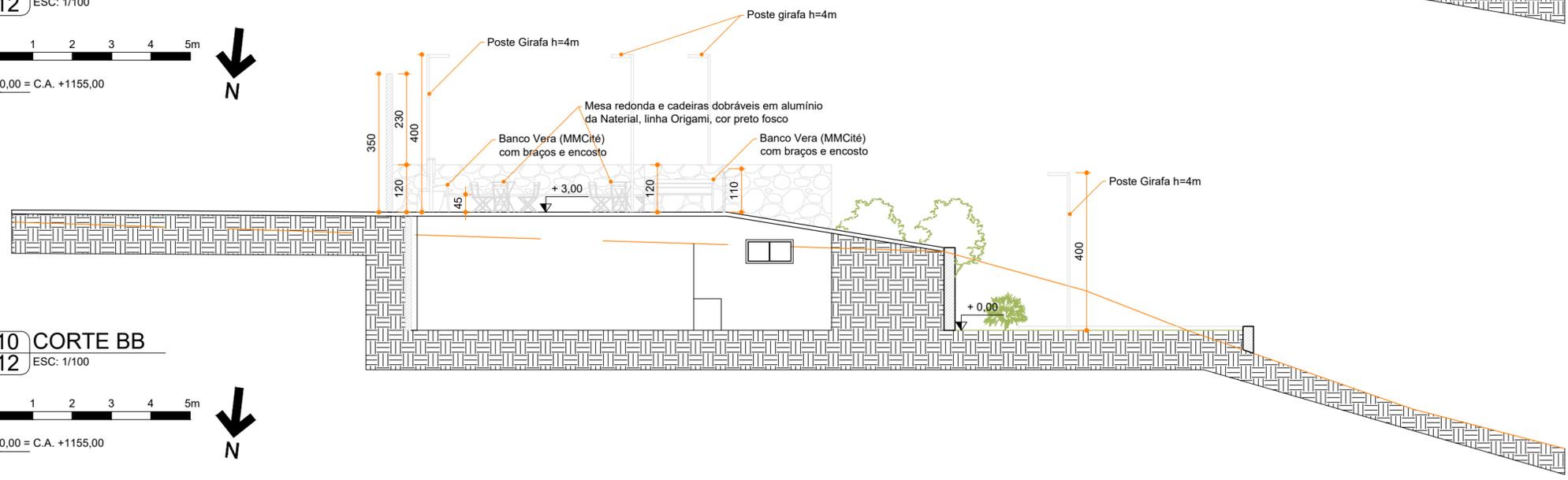


**9 CORTE AA**  
ESC: 1/100

0 1 2 3 4 5m

0,00 = C.A. +1155,00

N

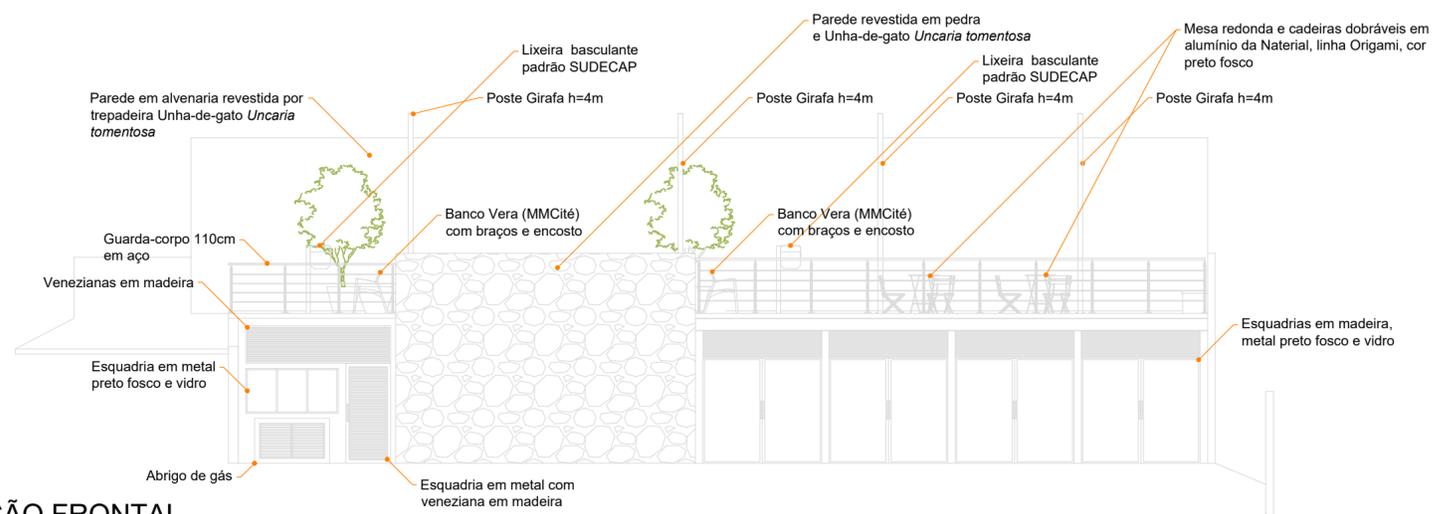


**10 CORTE BB**  
ESC: 1/100

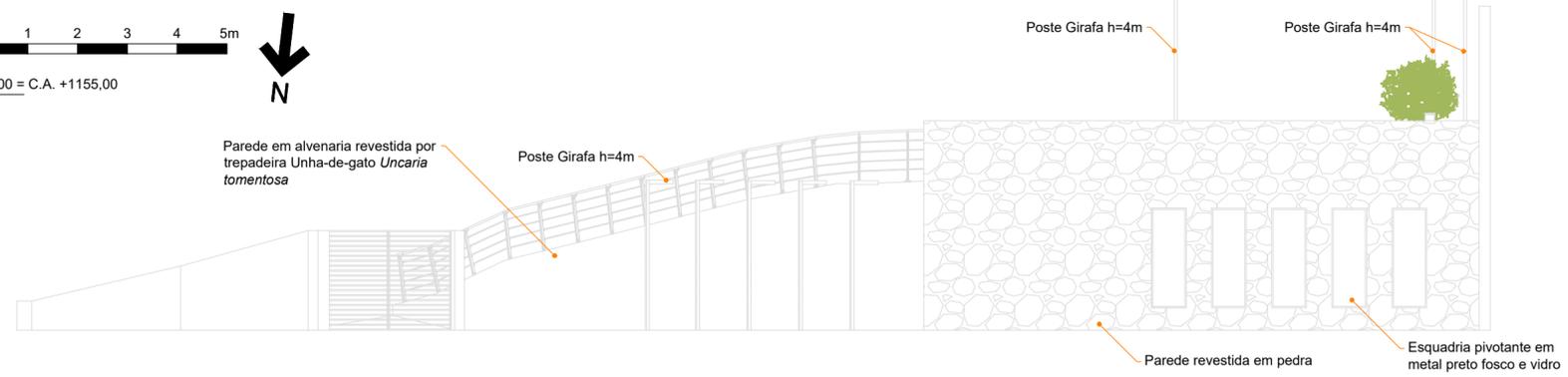
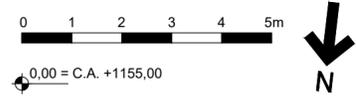
0 1 2 3 4 5m

0,00 = C.A. +1155,00

N



**11** ELEVÇÃO FRONTAL  
ESC: 1/100



**12** ELEVÇÃO LATERAL  
ESC: 1/100

